

RESPEITEM A CONSTITUIÇÃO!

STF ignorou a lei e argumentos jurídicos do Procurador-Geral da República (PGR), Paulo Gonet, massacrando magistrados e procuradores de todo o país

Decisões do Supremo Tribunal Federal sobre ADI 6606 e Rcl 88319 têm convergências com ADI 7731 e Rcl 68223 na violação do Pacto Federativo

Decisão do ministro Cristiano Zanin desrespeita a Constituição, deixando o Estado do Rio com um Governador Constitucional e um "Interventor Judicial"

PÁGINA 03

Dosimetria, Messias, 6x1: uma semana decisiva em Brasília

TALES FARIA - PÁGINA 4 E PÁGINA 6

Economia é um problema ao Planalto

POLÍTICO (LAGO) - PÁGINA 5

DORA KRAMER

A influência do Master nas eleições

PÁGINA 4

MARCELO ALVES

Campanha que merece ser observada

PÁGINA 4



Depois da avassaladora estreia em 2022, a série 'Cangaço Novo' chega à sua segunda temporada na grade da Amazon prime. O cantor e ator Xamã reforça o elenco da produção que também terá participação do cantor João Gomes.

Páginas 1 e 2

SERTÃO EM CHAMAS

EUA: Lobo solitário será indiciado nesta segunda

O homem acusado de abrir fogo durante um jantar realizado no sábado (25), na Cara Branca, deverá ser formalmente indiciado nesta segunda-feira (27).

PÁGINA 11

Vaga do PL ao Senado reservada para Castro

O presidente do PL no Rio, Altineu Cortes, negou que Rogéria, ex-esposa do ex-presidente Jair Bolsonaro, irá concorrer a uma das vagas para o Senado

BASTIDORES (MOLICA) - PÁGINA 7

Fernando Molica

Jorge, o santo que ficou pop

O 23 de abril, dia de São Jorge, merece ser incluído no calendário carioca de eventos. A festança ultrapassou os limites religiosos e ganhou uma dimensão capaz animar o mais obstinado dos ateus, nem que seja para comer uma das milhares de feijoadas que ocorrem na cidade.

Em algumas poucas décadas, a comemoração de características mais suburbanas se espalhou pelo Rio, conquistou adeptos, fiéis e curiosos.

Havia muito tempo que a festa ia além das igrejas católicas e de terreiros de religiões de matriz africana, São Jorge/Ogum já circulava com altivez pelas ruas. Mas é curioso como o culto se disseminou mesmo diante do crescimento de igrejas evangélicas, fenômeno que contribuiu para a diminuição do viés religioso do Réveillon nas praias e para uma queda na distribuição de doces no dia de São Cosme e São Damião.

O historiador Luiz Antonio Simas, autor de “São Jorge, o santo do povo e o povo do santo” (Planeta), diz que a violência contribuiu para a busca de proteção de um santo bom de briga, padroeiro, como resalta, da PM fluminense e do Comando Vermelho (é dura a vida de santo).

É provável que uma migração de suburbanos para Zona Sul tenha contribuído para o espalhamento do culto. É razoável pensar que a pressão de evangélicos mais radicais tenha gerado um certo movimento de união em torno do santo — nessa hora, melhor deixar de lado o padroeiro São Sebastião (retratado

triste, flechado e amarrado ao tronco) e substituí-lo pelo guerreiro que encara e mata o dragão.

São Jorge, bom de ser invocado na hora de perrenques tradicionais como pobreza, injustiça e doenças, acabou escalado também para encarar a disputa pelo espaço sagrado das ruas. O vermelho de sua capa ganhou para muitos um viés político, de luta.

O processo de transformação de São Jorge em ícone pop passa pelo reconhecimento da matriz popular da cultura que se produz na cidade; dialogar com o Rio implica homenagear essas origens. Cultuar o santo é também mostrar intimidade com a cidade que amamos. Ao longo dos séculos, o sujeito nascido lá longe, na Capadócia, virou um de nós, aprendeu a gostar de samba, de funk, de feijoadas, de barulho.

Essa identificação de São Jorge com o Rio acabou servindo de barreira a uma pregação excludente, que associa santos e orixás a manifestações demoníacas: muita gente caiu do cavalo ao tentar colar no companheiro de tantas brigas um rótulo que o associa ao mal.

No livro, Simas cita um velho morador de subúrbio carioca que, numa entrevista à TV, definiu São Jorge como um vizinho a quem se recorre na hora do aperto. Talvez esta seja uma boa chave para explicar o crescimento de sua popularidade e sua resiliência. Mais do que tudo, ele é um companheiro de muito tempo. Daqueles de quem podemos até nos afastar — cada um que cuide de seus muitos dragões —, mas ninguém renega um amigo de infância.

Sérgio Cabral*

Ódio disseminado

A extrema direita é responsável pela disseminação do ódio pelo mundo. Ela corrói o tecido institucional com sua verborragia histórica em nome de uma revolta contra o establishment.

Nada diferente da extrema esquerda, hoje nanica, mas que na sua época de presença marcante no cenário internacional, foi capaz de causar enormes prejuízos aos avanços democráticos pelo mundo afora, inclusive aqui no Brasil.

Esse ódio é incorporado no mundo por dois personagens responsáveis por grande parte do desconforto que a civilização humana vive hoje: Vladimir Putin e Donald Trump.

Dois psicopatas autocentrados. Putin herdou o tumulto pós queda da União Soviética e a patética figura de Boris Yeltsin que bebia mais do que governava a nova Rússia, depois da libertação de todos os países anexados pela violência do regime soviético sob o comando do facínora Josef Stálin.

Putin está à frente do governo da Rússia desde o início do século XXI. São 26 anos no comando russo. Putin tem horror do modelo ocidental de democracia. Formado nos subterrâneos da KGB, no regime soviético, nunca deixou de ter a mentalidade de um agente secreto da monstruosa agência.

A invasão à Ucrânia é o ápice da sua psicopatia. Não admite que a Ucrânia entre para a OTAN, pois a enxerga como uma extensão do domínio russo, como foi durante séculos dominada por czares e durante o regime soviético.

Sabe que a Ucrânia integrada à União Europeia, e integrante da OTAN, será uma grande estimuladora do desejo do povo russo por democracia.

Para deter essa ameaça, invadiu a Crimeia em 2014. Não houve reação à altura de Barack Obama nem da OTAN. Em 2022, iniciou um ataque massivo e invadiu a Ucrânia. Desde então, mais de 500 mil soldados e civis morreram dos dois lados. A Rússia controla 20% do território ucraniano. Cada tentativa de

avançar sobre o território gera milhares de mortes. A Ucrânia conta com o suporte dos países europeus e o último bastião de resistência ao apoio na comunidade europeia foi derrotado em seu país, para o bem de todos: o húngaro Viktor Orbán foi esmagado nas urnas.

Por outro lado, Donald Trump, além de se omitir e deixar o criminoso Putin agir, provoca o caos com a tentativa de destruir o regime islâmico no Irã. Um regime retrógrado, misógino, homofóbico e autoritário. Aliás, como é o próprio Donald Trump.

Trump não quer desfazer o regime iraniano porque está preocupado com a vida e a liberdade dos 90 milhões de habitantes do país. Ele quer que o regime se dobre e passe a abrir seus campos de petróleo para as empresas norte-americanas. Como fez na Venezuela. Afinal, os Estados Unidos têm relações com inúmeros países autoritários. E jamais quis interferir nos seus assuntos internos. Mas como são abertos e amigáveis aos seus negócios, zero de problema.

Trump vai à China no próximo mês. O país que mais cresce e se desenvolve no mundo. A China não tem conflitos internacionais. Seu único tema é Taiwan.

A China, hoje, é a segunda força militar do planeta. É o maior exportador e importador do mundo. Faz o melhor soft power entre todos os países, pela sua força econômica, tecnológica e produtos de alta qualidade com preços extremamente competitivos. Além de um gigantesco mercado interno consumidor. A Apple vende muito mais celulares na China do que nos Estados Unidos.

Trump não deve ler nem orelha de livros. Oxalá ele pudesse beber nas fontes de Confúcio e Deng Xiaoping. Estamos sob risco de dois inescrupulosos presidentes. Um no poder há 26 anos, e outro que pode ser derrotado pelos seus erros e pela arquitetura democrática norte-americana que, creio, é forte o suficiente para isso.

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

EDITORIAL

O sobrepeso e o peso da transparência

Nos últimos tempos, as canetas emagrecedoras têm gerado grande repercussão no Brasil e no mundo, oferecendo uma promessa de solução para um dos maiores problemas de saúde pública da atualidade: a obesidade. O uso desses medicamentos, em especial aqueles à base de semaglutida, tem sido apontado como uma possível resposta para milhões de pessoas que lutam contra o excesso de peso, mas que não conseguem alcançar resultados duradouros. No entanto, é fundamental que o Ministério da Saúde adote uma postura de total transparência em relação a esses tratamentos, apresentando claramente tanto seus benefícios quanto seus riscos.

É inegável que a obesidade está entre as principais causas de doenças graves e mortes no Brasil e no mundo. Dados da Organização Mundial da Saúde indicam que mais de 2,8 milhões de pessoas morrem anualmente em função de doenças relacionadas ao excesso de peso, como diabetes tipo 2, hipertensão e doenças cardiovasculares. No Brasil, cerca de 60% da população adulta está acima do peso, e 26% é diagnosticada com obesidade. Esse quadro alarmante leva muitas pessoas a buscar alternativas, como as canetas emagrecedoras, que têm se mostrado eficazes na redução do peso para aqueles que não

obtiveram sucesso com outros tratamentos. No entanto, o que se observa é uma popularização acelerada desses medicamentos, sem a devida discussão sobre seus efeitos adversos e a necessidade de um acompanhamento médico rigoroso durante o uso.

É preciso alertar sobre os riscos do uso indiscriminado dessas substâncias, que podem causar efeitos colaterais como náuseas, vômitos e até riscos graves como a pancreatite. Além disso, ainda há muita incerteza sobre os impactos a longo prazo do uso contínuo dessas medicações no organismo. Esse cenário exige uma abordagem mais responsável e transparente por parte das autoridades de saúde. O Ministério da Saúde tem o dever de orientar a população de forma clara sobre os cuidados necessários ao optar por essas alternativas, e isso inclui a obrigatoriedade de acompanhamento médico e a conscientização sobre os riscos envolvidos.

Por outro lado, não podemos esquecer que, para muitas pessoas, essas canetas representam a única esperança de um emagrecimento eficaz e saudável. Para aqueles que lutam contra a obesidade de forma crônica e enfrentam dificuldades em perder peso, as canetas emagrecedoras podem, sim, ser uma ferramenta importante no tratamento da obesidade.

Opinião do leitor

Prejuízos nos Correios

No governo Bolsonaro, os Correios tiveram lucros de R\$ 5,1 bilhões, R\$ 3,7 bilhões e prejuízo de R\$ 809 milhões. Infelizmente, usou os seus recursos para financiar shows de diversos cantores, fazendo propaganda do Governo. Atualmente, tem um prejuízo de R\$ 8,5 bilhões. É uma lástima, que uma empresa com grande credibilidade termine dessa maneira.

Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

Como o Supremo despreza a Constituição e passa perigosamente a legislar - Parte I



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Decisões com impacto em toda magistratura do país e no processo sucessório do estado do Rio

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Cláudio Magnavita*

Como classificar o período de caos que o Superior Tribunal Federal (STF) vem criando na sociedade brasileira, assumindo o papel de legislador e fazendo suas próprias leis, ignorando a Constituição?

Vem do latim uma expressão que retrata a postura da Suprema Corte brasileira: **“Arbiter legibus solutus”**. Traduzida de uma forma livre, significa **“Juiz livre das leis”** (ou desvinculado delas). Ela descreve a situação onde o magistrado ignora o texto legal para decidir com base em sua própria vontade ou critérios subjetivos. No caso de parte do STF, para atender interesses políticos ou para tentar melhorar a sua própria imagem junto à opinião pública.

Esta expressão é herdeira do conceito de **“Princeps legibus solutus”** — O Príncipe está livre das leis. No contexto judicial, ela é usada para denunciar o autoritarismo. Outro termo do latim que se encaixa com precisão é **“Iudex legislator”** — Juiz legislador — usado quando o Judiciário está usurpando a função dos representantes eleitos pelo povo.

Durante anos, o saudoso professor **Hélio Alonso**, fundador da FACHA - Faculdades Hélio Alonso, se notabilizou como professor de latim para os jovens advogados interessados em ingressar na magistratura. Muitos deles se notabilizaram como juízes, desembargadores e até ministros do STJ e STF. Ele sabia que o latim, como base do direito romano, era eterno e funcionava como espada para sintetizar situações vexaminosas como a que vivemos hoje.

O primeiro grande caso

Para compreender o que estamos vivendo em pleno 2026, vamos recorrer ao julgamento da **Rcl 88319** e **ADI 6606**, ocorrido no histórico 25 de fevereiro de 2026.

Naquele dia, o Procurador-Geral da República (PGR), o comedido **Paulo Gonet**, criticou enfaticamente o que chamou de “ampliação indevida” do objeto da causa por parte dos ministros.

Foi uma sustentação histórica com uma importância que passou despercebida por grande parte da mídia e do próprio judiciário.

Gonet afirmou que a **Rcl 88319** nasceu de uma disputa restrita sobre o sub-teto de honorários de sucumbência dos procuradores de **Praia Grande (SP)**. Segundo ele, a decisão liminar de Flávio Dino tratou de temas “alheios ao objeto da causa”, como a revisão de verbas em todo o país e em outros Poderes. Uma decisão que impactou a vida de milhares de magistrados e procuradores — cerca de 19 mil juízes e 13 mil membros do Ministério Público. Embora tenham garantido o retorno do quinquênio, sofreram um limite de 35% para outras verbas indenizatórias.

Entidades da classe alertaram para o risco de paralisação de serviços públicos e uma onda de ações judiciais, já que verbas consolidadas há anos foram cortadas abruptamente por falta de lei formal.



Procurador-Geral de República, Paulo Gonet apontou erros na decisão do STF contra magistrados e procuradores

O estilo discreto do PGR, **Paulo Gonet**, naquela sustentação histórica foi certo. Sustentou que, ao determinar que o Congresso Nacional e outros órgãos tomassem providências gerais sobre os direitos dos magistrados e procuradores, o STF extrapolou seus limites jurisdicionais, interferindo na autonomia de outros entes e poderes.

Os argumentos jurídicos foram ignorados pelos ministros do STF, interessados em criar uma cortina de fumaça, uma espécie de **“Fumus praesidii Supremi Tribunalis”** — Fumaça da proteção do Tribunal Supremo.

E a decisão ceifou direitos líquidos e certos, avalizados pelos tribunais regionais e legislativos estaduais, além do próprio Conselho Nacional de Justiça, determinando a outro poder que resolvesse o caso. A magistratura e os tribunais estaduais enfrentaram o que classificaram como uma “intervenção sem precedentes” em sua autonomia administrativa.

Muitos presidentes de tribunais estaduais manifestaram que a suspensão imediata de verbas compromete o planejamento financeiro das cortes e ignora as realidades regionais de custo de vida.

Como muitos estados usam o teto do Judiciário como referência para outras carreiras, servidores técnicos e analistas viram benefícios históricos (como licenças-prêmio convertidas em pecúnia) serem suspensos preventivamente por medo de sanções dos Tribunais de Contas.

Neste caso, é preciso dar protagonismo à corajosa e impecável sustentação feita pelo PGR, **Paulo Gonet**, que falou para história e expôs o descasamento do Supremo com os marcos legais. Fotografou um caso de **“Arbiter legibus solutus”** ou “Juiz livre das leis” (ou desvinculado delas). Uma atitude que afetou os pobres mortais da magistratura e do Ministério Público só para salvar a imagem dos “Deuses Imortais” do Olimpo jurídico brasileiro.

O segundo grande caso

O que seriam casos isolados, a interferência do Supremo Tribunal Federal, neste caso de parte dos seus ministros, no processo sucessório do Rio de Janeiro, se convergem.

A correlação entre o julgamento da **ADI 6606** e **Rcl 88319** e as decisões na **ADI 7731** e na **Rcl 68223** reside no debate central sobre o **ativismo judicial**

e **político do STF**: os limites da sua atuação como “legislador positivo” e o impacto na **autonomia dos Estados e Municípios**.

Essas decisões são vistas como uma violação ao **Pacto Federativo**. Nos dois casos, há interferência do STF nos Estados e Legislativo. No caso da **Rcl 68223** e **ADI 7731**, uma interferência na sucessão do Estado do Rio de Janeiro, o terceiro colégio eleitoral do país.

A principal alegação é a ofensa direta ao **Artigo 141 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro** (e simetricamente aos Arts. 79 e 80 da Constituição Federal). Ao manter o presidente do TJRJ - Tribunal de Justiça do Rio (que é o último na linha), mesmo após a Alerj ter um novo presidente eleito, estaria sendo ignorada a ordem prioritária estabelecida pelo poder constituinte.

O entendimento é que a interinidade por um membro do Judiciário deve ser a **última “ratio”** — último recurso —, privilegiando-se sempre os sucessores oriundos de voto popular (direto ou indireto) para preservar a legitimidade democrática. Diferente do presidente do TJRJ, o novo presidente da Alerj e os deputados votantes foram eleitos por voto popular.

No julgamento do mérito sobre o modelo de sucessão (se direta ou indireta), os ministros **Luiz Fux**, **André Mendonça**, **Nunes Marques** e **Cármem Lúcia**, de fato, formaram uma divergência contra o relator Cristiano Zanin, defendendo que a eleição deve ser **indireta** (realizada pela Alerj).

Os ministros Luiz Fux e André Mendonça defendem, em seus votos sobre a eleição indireta, que a sucessão deve seguir o rito parlamentar previsto na **Constituição Estadual**, que é implicitamente válida a primazia da Alerj na linha sucessória. No entanto, o pedido específico de Douglas Ruas para assumir a interinidade **imediatamente** foi encaminhado ao ministro Luiz Fux (em uma ação paralela) e também é objeto de disputa na **Reclamação 92.644**, sob relatoria de Zanin. Ele argumentou que a manutenção de Ricardo Couto no cargo decorre de uma **deliberação anterior do Plenário do STF**. O ministro ressaltou que, ao suspender o julgamento sobre o formato das eleições suplementares em 9 de abril, o colegiado determinou expressamente que o presidente do TJRJ permaneceria no cargo até que a Corte concluísse a análise do mérito.

Neste caso, há uma pegadinha em curso para constranger ou barrar uma decisão posterior do ministro Luiz Fux. Como relator, Zanin pontuou que, como a situação atual foi estabelecida pelo conjunto de ministros, ele **não poderia, por decisão individual (monocrática), alterar o que foi proclamado pelo Plenário**. Segundo Zanin, a eleição de Douglas Ruas para a presidência da Alerj tem efeitos internos na Assembleia, mas não possui o “condão” (poder jurídico) de revoar automaticamente a ordem do STF.

Quem assistiu o julgamento (ele está disponível no YouTube do STF) perceberá que não houve uma votação específica para este caso. A corte apenas EXPLICITOU que continuava em vigor a liminar, concedida monocraticamente pelo relator, que determinava a manutenção do presidente do TJRJ no cargo de governador em exercício, até nova decisão. Não poderia ser diferente naquela data, já que o presidente da Alerj não estava eleito.

Sem argumentos jurídicos e constitucionais, a decisão de Zanin se apegou por uma decisão coletiva que não houve. Apenas se explicitou, como está publicado na ata do julgamento. Não houve a conversão explícita da liminar em uma decisão coletiva neste item, até porque deixou em aberto a possibilidade de uma nova decisão. Está tudo no vídeo da sessão.

Governador Constitucional X Interventor Judicial

Com a eleição da mesa da Alerj, o estado do Rio de Janeiro passa a ter um governador interino Constitucional, segundo as regras da Constituição Estadual e um Interventor Judicial, colocado no cargo de forma legítima até a expiração da sua legalidade, com a reposição da linha sucessória.

No seu voto, o ministro Luiz Fux afirma que a linha sucessória deve priorizar o representante eleito pelo povo no Legislativo antes de qualquer intervenção do Judiciário. Ele entende que a interinidade do presidente do TJRJ é uma exceção absoluta que deve cessar assim que a Assembleia esteja apta a assumir suas funções sucessórias.

Na mesma linha, o ministro André Mendonça defendeu que o exercício do poder por um membro do Judiciário (presidente do TJRJ) deve ser o mais breve possível. Segundo seu posicionamento, havendo um presidente da Alerj eleito (no caso, Douglas Ruas), a **linha sucessória natural** deve ser recomposta para preservar o equilíbrio entre os poderes e a legitimidade democrática.

Nos dois casos, o que deve prevalecer é a linha sucessória ocupada por mandatos oriundos do eleitor, caso que o presidente do TJRJ não possui, ficando como Interventor Judicial por conta da vontade de um único ministro.

Nota da Redação: Na edição da próxima terça, 28 de abril, a segunda parte desta reportagem com o tema: Atos do “Interventor Judicial” após 17 de abril podem ser anulados e a Interferência e vantagens políticas do PSD Fluminense com o caos sucessório no Rio?”

*Diretor de Redação do Correio da Manhã

Tales Faria

Dosimetria: Congresso derruba veto, mas STF diminuirá perdão

Está prevista para esta semana a derrubada pelo Congresso do veto integral que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) impôs ao projeto de nova dosimetria das penas dos envolvidos na tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), defende publicamente a derrubada.

Após a votação, partidos governistas entrarão com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) argumentando pela inconstitucionalidade do projeto. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) acusa o pré-candidato do PL a presidente, senador Flávio Bolsonaro (RJ), de articular pessoalmente em defesa de “traficantes e amigos milicianos, como Fernandinho Beira-Mar e Marcola”.

Ministros do Supremo acreditam que o texto não deverá ser considerado de todo inconstitucional pela Corte. Apos-

tam em uma situação intermediária, com o plenário do STF promovendo ajustes de modo a evitar “alguns impactos desproporcionais” na diminuição das penas.

Ou seja, o Supremo deverá manter a derrubada do veto, mas diminuir o perdão aos condenados proposto pelo Congresso, inclusive ao próprio ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele foi condenado a 27 anos e três meses de prisão. Segundo o relator da proposta na Câmara, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), Bolsonaro teria a pena diminuída para “dois anos e alguns meses”.

Os ministros do STF esperam que o próprio relator do processo venha a sugerir ajustes para não diminuir tanto as penas, mas, se ele não o fizer, haverá votos nesse sentido com tendência clara a obter maioria no plenário da Corte.

Uma questão que já está sendo levantada no Congresso, não só entre

governistas, é quanto ao choque entre a diminuição de penas da nova dosimetria e projetos de endurecimento de penas recentemente aprovados pelos parlamentares.

É o caso do Pacote Anticrime, que promoveu o endurecimento das regras de progressão de penas variando de 16% a 70%; da Lei do Femicídio, que estabeleceu um patamar mais rígido para a progressão a regimes mais brandos; e da Lei Antifacção, ou Marco Legal do Combate ao Crime Organizado, que elevou consideravelmente os percentuais para a progressão de regime, especialmente em relação aos crimes hediondos e àqueles que resultam em morte.

Os ministros terão que compatibilizar a nova dosimetria com as leis recentes de endurecimento contra a criminalidade votadas pelos parlamentares, desfazendo eventuais contradições na legislação.

Essa polêmica já havia sido levantada no Senado quando se notou que o texto da Câmara estabeleceu um afrouxamento na progressão de regime. Abria margem para que autores de crimes sexuais não hediondos fossem beneficiados. Os senadores Sérgio Moro (PL-PR) e Esperidião Amin (União-PR) tentaram resolver o problema, mas o deputado Paulo Abi-Ackel afirma que, com a derrubada do veto ao PL da Dosimetria, “condenados por outros crimes gravíssimos passarão a cumprir percentuais menores de pena para progredir de regime”.

A fim de evitar o problema ele até elaborou um projeto de lei com critérios de progressão de regime mais rigorosos para crimes hediondos ou equiparados, milícias armadas, organizações criminosas ultraviolentas e feminicídios.

Mas, de qualquer maneira, os bolsonaristas vão comemorar vitória nessa semana.

Dora Kramer*

A influência do caso Master nas eleições

Se estiverem certas as projeções correntes no meio jurídico, as delações premiadas de Daniel Vorcaro e companhia, se aceitas pela Polícia Federal, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal, vão chegar ao conhecimento público no auge da campanha eleitoral.

Considerando que não cabe aos delatores escolher quem entregam ou quem protegem, se quiserem contar com os benefícios previstos em lei, eles não poderão ser seletivos. Vão precisar entregar todos os que pretenderam ou conseguiram cooptar para manter seu esquema

fraudulento em pé.

Ao que se sabe até agora, a ofensiva sobre os poderosos da República foi ecumênica. Em maior ou menor grau, incluiu gente de direita e esquerda, de governo ou de oposição, atingindo personagens ligados aos Bolsonaro e aos Lula da Silva.

Portanto, o que vem por aí a ser revelado, há danos presumidos para as candidaturas do presidente e do filho do ex-presidente. Nenhum deles está imune aos respingos do escândalo.

Em tese, abre-se um caminho pelo qual pode transitar a ainda insipiente e desacre-

ditada via alternativa, na composição dos nomes de Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo), Renan Santos (Missão), Augusto Cury (Avante), Aldo Rebelo (DC) e demais nanicos. Vai depender da qualidade do diálogo que esse grupo conseguir estabelecer com o eleitorado e se a corrupção for considerada fator importante na decisão do voto.

O eleitor talvez esteja farto de denúncias e vacinado pelo desmonte de escândalos e, nesta hipótese, o escândalo do Master teria pouca ou nenhuma influência na disputa pela Presidência. Mas isso se o caso

do banco liquidado não tivesse respingado forte no Supremo Tribunal Federal e feito a corte ficar entregue à própria sorte em sua crise de reputação.

Isso pode desviar o eixo do conteúdo das denúncias para os juízes e, assim, colocá-los num campo cujos atacantes já não seriam só os de direita. A esquerda, pela voz de Lula e do PT, percebeu potencial do tema e já tratou de incluir a reforma do Judiciário na agenda do partido.

***Jornalista e comentarista de política**

Marcelo Alves*

Luz no Palco

Há campanhas publicitárias que vendem produtos. Outras, mais raras, vendem ideias. E existem aquelas que fazem algo ainda mais poderoso: vendem destinos, sensações e posicionamentos.

A recente campanha da cerveja Corona para o evento “Todo mundo no Rio”, com show da pop mundial Shakira, se enquadra exatamente nessa terceira categoria — e merece ser observada com atenção por todos que pensam marketing, turismo e cidade.

O Rio de Janeiro sempre teve um ativo inquestionável: sua paisagem. Praias icônicas, montanhas lindíssimas, um horizonte que mistura natureza e urbanidade como poucas cidades no mundo conseguem.

Ainda assim, por muito tempo, a forma como esses ativos foram explorados em grandes eventos — especialmente os transmitidos por televisão e mídias digitais — nem sempre potencializou essa vantagem competitiva.

A campanha publicitária em questão acerta justamente onde muitos negligenciam: na luz.

Ao escolher retratar Copacabana no final de tarde, no momento exato em que o sol se despede e desenha contornos dourados sobre o mar, com o Pão de Açúcar perfeitamente enquadrado e reconhecível, a campanha não apenas comunica um evento — ela constrói um imaginário. Um convite silencioso, porém irresistível, para estar ali.

Essa decisão estética carrega um valor estratégico enorme. Eventos noturnos têm sua força, como o Réveillon, sem dúvida um dos maiores espetáculos do mundo.

No entanto, a leitura visual da cidade à noite muitas vezes dilui sua identidade geográfica. A praia escurecida, as luzes difusas, a perda dos marcos naturais... tudo isso reduz o potencial de transformar a imagem em desejo imediato.

Já o entardecer — e especialmente o

fim de tarde — é um ativo subutilizado. É quando a cidade revela sua forma, sua textura, sua assinatura visual. É quando o espectador, mesmo a milhares de quilômetros de distância, reconhece: isso é Rio.

E reconhecimento, em marketing de destino, é tudo. A campanha do “Todo mundo no Rio” vai além ao posicionar um grande público ocupando a areia de Copacabana, em um cenário vibrante, vivo, desejado. Não é apenas sobre um show. É sobre pertencimento. Sobre a experiência coletiva em um dos cenários mais emblemáticos do planeta. É o Rio sendo consumido não apenas como lugar, mas como experiência aspiracional.

Outro ponto relevante é o timing. Maio marca um período pós-verão, tradicionalmente menos aquecido para o turismo. Criar uma campanha publicitária que não apenas promove um evento, mas reposiciona esse período como atrativo, é uma jogada inteligente. Mais do que atrair visi-

tantes, trata-se de redistribuir o fluxo turístico ao longo do ano — algo essencial para a sustentabilidade econômica da cidade.

O conceito “Todo mundo no Rio” já nasce forte, mas ganha potência quando associado a imagens que realmente vendem o destino. E aqui está a grande lição: não basta comunicar que algo está acontecendo. É preciso mostrar onde está acontecendo — e fazer com que esse “onde” seja tão desejável quanto o próprio evento.

A campanha publicitária da Corona, ao iluminar Copacabana com inteligência e sensibilidade, aponta um caminho. Um conceito que deveria ser adotado de forma consistente: dar luz ao palco que o Rio já possui naturalmente.

Porque, no fim, o Rio de Janeiro não precisa ser reinventado. Precisa ser bem mostrado. E, quando bem iluminado, poucos palcos no mundo brilham tanto.

***Marketing & Business Developer**

CORREIO POLÍTICO

Ricardo Stuckert/PR



Lula: discurso nacionalista não resolve tudo

Lula aposta no “Trump, go home”. Problema é economia

Há uma leitura de parte do governo de que os arroubos do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, auxiliam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sua tentativa de reeleição. Trump ajudaria Lula a recuperar o discurso nacionalista que por muito tempo ficou nas mãos do bolsonarismo. Ao mesmo tempo, joga sobre o bolsonarismo a ideia de que o grupo é que age contra os interesses nacionais ao estar alinhado a Trump em ações que prejudicam o Brasil. De fato, houve um momento em que essa ideia alavancou Lula, logo depois do tarifaço. Agora, porém, a possibilidade em outro ponto: as ações do presidente de Trump acentuam o maior problema hoje de Lula: o sentimento quanto à economia.

Impacto da inflação dos alimentos

É correta a leitura que faz o governo de que boa parte da sensação do brasileiro de que a economia vai mal parte do alto grau de endividamento da sociedade. Mas não é somente isso. Se a inflação de um modo geral está controlada, vem havendo uma alta no preço dos alimentos. Em março, a inflação somente da comida teve alta de 1,56%. Com alguns produtos tendo aumentos muito grandes. O tomate, por exemplo, subiu mais de 20%.

Pedro Gontijo/Agência Senado



Tereza alertou Alcolumbre e Durigan

Fertilizantes e queda nas exportações

É onde trava o “Trump, go home”: talvez não importe muito de quem vem a culpa se o problema pesar no bolso. Como mostramos aqui no Correio Político, essa já era há alguns dias a preocupação da senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura no governo Jair Bolsonaro. A guerra no Oriente Médio pode impactar ainda mais o preço dos alimentos porque pode provocar problemas na oferta de fertilizantes, que o Brasil importa na sua grande maioria (mais de 80%), e boa parte do Irã, justamente o país com o qual os EUA estão em guerra.

Falta de soluções concretas

A falta de fertilizantes pode impactar a safra, e fazer subir ainda mais o preço dos alimentos. A senadora chegou a pedir uma reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para tratar do tema. A reunião aconteceu, no dia 8 de abril, e dela participou também o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Mas a conversa acabou tratando mais de outro tema.

POR
RUDOLFO LAGO

Efeitos

A conversa acabou girando mais em torno de um projeto de lei que cria uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para produtores rurais afetados por eventos mudanças climáticas. Pouco se falou sobre os efeitos da guerra de Trump no Oriente Médio. Ficou uma sensação de que o governo não tinha soluções concretas.

Exportações

O impacto das exportações já está sendo sentido. As exportações para o Golfo Pérsico já tiveram uma redução em março de 31,47%. E os dados são do próprio Ministério do Desenvolvimento, da plataforma ComexStat. E a queda vem bem na linha das preocupações, para países como Arábia Saudita.

Problema

Por enquanto, as contas ainda fecharam com superávit de US\$ 41,4 milhões, apesar da queda. Porque a venda de alguns produtos, como a carne bovina, compensou a queda grande de alguns outros produtos, especialmente milho e açúcar. A verdade é que esse não é apenas um problema brasileiro.

Diversificação

Mesmo antes do tarifaço, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex) já vinha trabalhando na diversificação dos destinos internacionais dos produtos brasileiros. Há alguns ganhos importantes. Caso, por exemplo, do contrato que a gigante chinesa das cafeterias, Luckin' Coffe, fechou com produtores de café de Rondônia.

Frango

O problema é que tais avanços não mitigam eventuais impactos. As exportações de frango, por exemplo, caíram 20% para os países do Oriente Médio. O custo da exportação aumentou com rotas alternativas. Cerca de 30% das exportações de frango brasileiras são para países do Oriente Médio.

Acordo

No dia 1º de Maio, entra em vigor o acordo entre a União Europeia e o Mercosul. E o governo aposta muito nele também para compensar perdas. Ocorre, porém, que o acordo entra de forma provisória. Há ainda resistência de países, como a França e a Polônia. O acordo foi judicializado. Nada foi, portanto, resolvido.



Após Toffoli se declarar suspeito, ação ficou para Zanin

Segue o impasse institucional no Rio

STF precisa destravar como será eleição para mandato-tampão

Por Beatriz Matos

A crise política no Rio de Janeiro (RJ) entra em uma nova fase nesta semana, com potencial de redefinir o rumo do estado. A publicação do acórdão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), recolocam no centro do debate não apenas quem governa, mas como e quando os eleitores voltarão às urnas.

No momento, o comando segue com o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Couto. Isso porque Zanin decidiu manter a estrutura atual até que o Supremo conclua o julgamento sobre o modelo de eleição. Na decisão, o ministro foi direto ao afirmar que deve ser preservado o arranjo já fixado pela Corte. “Até o final julgamento desta reclamação seja mantido o Presidente do Tribunal de Justiça [...] no exercício do cargo de Governador do Estado”.

A manifestação de Zanin responde à tentativa do presidente da Assembleia Legislativa, Douglas Ruas (PL), de assumir o governo com base na linha sucessória após sua eleição para o comando da Casa. O ministro, no entanto, afastou essa possibilidade neste momento e reforçou que o ponto central ainda não é a sucessão imediata, mas o próprio formato da eleição que deverá ocorrer.

Ao analisar o caso, Zanin também destacou que o debate não envolve a validade da eleição na Alerj, mas sim o desfecho institucional após a dupla vacância. Segundo ele, a discussão gira em torno da realização de novas eleições e da interpretação do artigo 224 do Código Eleitoral, já validado pelo próprio STF em precedente anterior.

A publicação do acórdão do TSE, por sua vez, adiciona um novo elemento de pressão sobre o Supremo. O documento consolida a decisão que declarou a inelegibilidade do ex-governador Cláudio Castro (PL) e reconheceu irregularidades graves no uso da máquina pública.

Entre os pontos destacados, o tribunal identificou um “método estruturado de promoção pessoal custeado pelo erário”, com contratações em massa, ausência de controle e uso de programas sociais com finalidade eleitoral.

O TSE também determinou a realização de novas eleições para o governo do estado, mas sem especificar se o pleito deve ser direto ou indireto — justamente a lacuna que travou o julgamento no STF.

É nesse ponto que o processo entra em sua fase mais sensível. O julgamento no Supremo foi interrompido após pedido de vista do ministro Flávio Dino, que aguardava a publicação do acórdão para esclarecer dúvidas sobre a decisão eleitoral.

Curta com o feriado, semana será decisiva no Congresso

Veto do PL da Dosimetria, sabatina de Messias e jornada 6X1 na agenda

Por Gabriela Gallo

Mesmo com o feriado do Dia do Trabalhador nesta sexta-feira (1º), a semana será muito movimentada no Congresso Nacional. Nesta quinta-feira (30), está agendada uma sessão conjunta com deputados federais e senadores da República para discutir o veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Projeto de Lei (PL) que reduz a dosimetria das penas dos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. A sessão foi convocada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

O PL da dosimetria foi aprovado no Congresso em dezembro de 2025 e foi vetado pelo presidente Lula em 8 de janeiro desta ano, exatamente três anos após a invasão dos prédios dos Três Poderes.

A medida altera o cálculo das penas, evitando a soma de crimes similares no mesmo contexto, permitindo progressão de regime mais rápida. Para além da oposição governista, o texto contou com o apoio do Centrão, após diversas críticas de que as penas aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foram exageradamente elevadas (algumas ultrapassando os 17 anos de prisão).

Como o texto envolve os acusados de participar direta e indiretamente dos atos, a medida abrange o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), preso desde novembro do ano passado após ser condenado pela Primeira Turma do STF por tentativa de golpe de Estado.

Cabo de guerra

O tema é um cabo de guerra entre parlamentares da base governista e da oposição. Para que o veto presidencial seja derrubado, são necessários 257 votos na Câmara dos Deputados e 41 votos no Senado. Se for derrubado o veto, o texto vira lei automaticamente após a promulgação do Congresso, sem depender do Executivo.

Ao Correio da Manhã, o cientista político Rócio Barreto destacou que, apesar de o texto já ter sido aprovado pelos congressistas anteriormente, isso não quer dizer que o veto será integralmente derrubado.

“O tema é altamente polarizado. Os governistas defendem a punição exemplar pelos atos de 8 de janeiro, oposição e parte do Centrão defendem a revisão das penas, alegando que há excessos. O custo político é elevadíssimo, derrubar o veto pode ser interpretado como flexibilização de punição por ataques à democracia, manter o veto pode gerar atrito com a base parlamentar, que aprovou o projeto”, ele disse.



Congresso se reúne na terça para analisar veto ao PL da Dosimetria

“Esse tipo de votação depende da presença em plenário, articulação de última hora, liberação ou não das bancadas pelos partidos para votarem como acharem o que pensam, o que acharem conveniente. É uma votação aberta até o último momento”.

O analista político ainda reiterou que o foco da medida não pode ser algo meramente político, mas sim um debate público que deve “estar focado principalmente sobre o efeito jurídico mais amplo e estrutural no sistema penal”.

“Esse projeto pode mudar tecnicamente como se calcular a pena criminal, impede somar penas de crimes praticados no mesmo contexto, o que pode ser usado em outras condenações, inclusive em caráter criminal. E isso pode afetar muitas outras coisas, num caso de múltiplos crimes, organização criminosa, somando mais outros delitos, e também pode reduzir em diversas situações, não só políticas.”

O projeto também reduz o tempo mínimo para progressão em alguns casos, o que pode ampliar a pena a ser paga sem prisão, um efeito sistêmico que também pode gerar revisão de penas já aplicadas em outros crimes, pode impactar principalmente uma jurisprudência futura”, reiterou Barreto.

Messias

Um dia antes da sessão conjunta do Congresso, na quarta-feira (29), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado realizará a sabatina do indicado do presidente Lula, o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, para assumir a cadeira no Supremo Tribunal Federal. Caso Messias consiga 14 votos favoráveis na CCJ, a votação seguirá para o plenário da Casa e, caso ele consiga ao menos 41 votos a favor de sua indicação, ele será o novo ministro da Corte.



Sabatina de Messias será na quarta

O relator da indicação de Jorge Messias, o senador Weverton Rocha (PDT-MA), já apresentou seu parecer favorável à indicação do advogado-geral da União. Para assumir o cargo de ministro da Suprema Corte, o indicado precisa cumprir os pré-requisitos: ter mais de 35 anos e menos de 70 anos de idade, apresentar notável saber jurídico e ter uma reputação ilibada (que não se deixa ser corrompido).

Desde que o ex-ministro do STF Luis Roberto Barroso se aposentou antecipadamente, em outubro do ano passado, o Supremo vem tocando os trabalhos com um ministro a menos (dez magistrados).

Apesar de ter encaminhado para o Senado a documentação oficial para a indicação de Messias ao STF no começo de abril, Lula já tinha confirmado a indicação desde novembro, mais de cinco meses antes da Sabatina. O caso foi adiado por falta de acordo na época com Davi Alcolumbre, que preferia que o nome indicado para assumir a vaga no Supremo fosse o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSB-MG).

Escala 6X1

Nesta semana começam as discussões e negociações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da escala de trabalho 6X1, na qual o empregado trabalha seis dias da semana e tem apenas um dia de folga.

Na última sexta-feira (24), o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), publicou uma edição extra do Diário da Câmara dos Deputados oficializando a criação da comissão especial para discutir o tema. A comissão especial será composta por 37 membros titulares e 37 suplentes. Será escolhido um presidente da comissão especial e um novo relator para a proposta. Os membros da comissão analisarão o relatório do deputado federal Paulo Aziz (União Brasil-BA), aprovado na última semana na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Vale destacar que o parecer é uma junção das PECs 221/2019 e 8/2025, ambas determinam a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 36 horas semanais, mas uma determina um prazo de dez anos para a adaptação do novo modelo de trabalho enquanto a outra estabelece a mudança imediata. A CCJ apenas concluiu que a matéria é constitucional e tem condições de ser aprovada. Agora, a comissão especial definirá eventuais alterações do texto.

Misoginia

Na última sexta-feira, Motta ainda confirmou a criação do Grupo de Trabalho (GT) que discutirá o chamado PL da Misoginia (PL 896/2023), que altera o Código Penal para “dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia”. O grupo será coordenado pela deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) e terá 45 dias para conduzir os trabalhos.

Por meio de suas redes sociais, a parlamentar agradeceu a confiança para conduzir o GT e reiterou que o projeto é “urgente”.

“O que está em jogo é a resposta do Parlamento a uma violência que intimida e tenta calar mulheres todos os dias. Vou conduzir esse Grupo de Trabalho com responsabilidade, escuta e firmeza, para construir um texto sólido, dar segurança jurídica à pauta e levar essa resposta ao plenário com a rapidez que o tema exige”, manifestou Tabata.

O PL da Misoginia já foi aprovado no Senado em março deste ano, em meio às diárias notícias de feminicídios e tentativas de feminicídios no país. O projeto tipifica crimes relacionados a misoginia como discurso de ódio e discriminação contra mulheres, com penas que podem chegar até cinco anos de prisão além do pagamento de multa.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em março deste ano, o Brasil registrou 1.568 assassinatos de mulheres, em razão de sua condição de gênero, em 2025. Esse é o recorde de número de feminicídios nos últimos dez anos, um aumento de 4,7% em relação a 2024. E a tendência é que o número seja ainda maior já que há diversos casos que não são registrados.

Ética

Além disso, nesta terça-feira (28) o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara votará duas representações contra o deputado federal Marcos Pollon (PL-MS), ambas por quebra de decoro.

A Representação 24/2025, de origem da Mesa Diretora da Casa, diz respeito a quando parlamentares da oposição, tanto da Câmara quanto do Senado, ocuparam a Mesa no plenário para impedir o prosseguimento das sessões. Dos congressistas identificados por envolvimento no caso, Marcos Pollon ocupou a cadeira da presidência da Casa a fim de impedir os andamentos da Câmara por “gesto intencional e premeditado”, segundo o documento no Conselho.

Já a Representação 26/2025, de relatoria do deputado Ricardo Maia (MDB-BA), se refere a quando o parlamentar “proferiu declaração contendo expressões ofensivas e de cunho pessoal contra o Presidente” Hugo Motta, durante um evento em Campo Grande (MS). Segundo o parecer, “embora a manifestação tenha ocorrido fora do recinto parlamentar, o episódio foi gravado e amplamente divulgado nas redes sociais, gerando repercussão pública negativa e atingindo a honorabilidade e a credibilidade da Câmara dos Deputados perante a sociedade”.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução/Instagram de Rogéria Bolsonaro



Eduardo, Carlos e Flávio com a mãe, Rogéria.

PL nega que Rogéria, ex de Bolsonaro, disputará Senado

Presidente do PL-RJ, o deputado federal Altineu Côrtes nega que Rogéria Bolsonaro, ex-mulher de Jair Bolsonaro, será candidata ao Senado pelo Estado do Rio. Pelo acordo anunciado em fevereiro, a ex-vereadora ocuparia a primeira suplência da chapa ao Senado que será encabeçada por Marcio Canella (União Brasil), ex-prefeito de Belford Roxo (RJ).

Rogéria (PL) foi incluída em pesquisa do Instituto Paraná divulgada na última sexta. Seu nome entrou na lista em uma das simulações — ela ocuparia o lugar reservado ao ex-governador Cláudio Castro (PL), declarado inelegível pela Justiça Eleitoral. Neste cenário, segundo o levantamento, ela só ficaria atrás de Benedita da Silva (PT)

No lugar de Jair

“O candidato é o Cláudio”, escreveu Côrtes em resposta a mensagem enviada pelo Correio Bastidores. O ex-governador já anunciou que tentará recursos à Justiça para conseguir se candidatar.

Mãe dos três filhos mais velhos de Jair, Rogéria entrou na política em 1992 para herdar os votos do então marido, Jair. Eleito deputado federal dois anos antes, ele renunciara ao mandato de vereador.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Bolsonaro lançou o filho para derrubar votação da ex

Responsável por Carlos

Ela foi indiretamente responsável pela entrada de um dos filhos, Carlos, na política. Irritado com Rogéria, que estava em seu segundo mandato, Jair, em 2000, lançou seu 02 à Câmara para tirar os votos de sua já ex-mulher. Deu certo, embora tivesse apenas 17 anos, Carlos foi eleito; sua mãe, não.

Apesar dos conflitos, Jair e Rogéria se reaproximaram e, em 2020, ela voltou a tentar uma vaga de vereadora no Rio, mas obteve apenas 2.033, foi apenas a 266ª mais votada.

Uma grande família

No PL, há quem atribua a Jair Bolsonaro a inclusão do nome da ex na lista. Seria uma forma de ele testar o peso de seu sobrenome no Rio de Janeiro, berço de sua atuação. Em tese, com a saída de Cláudio os nomes mais prováveis para o Senado seriam os de Côrtes, do deputado Sóstenes Cavalcante, do senador Carlos Portinho e do delegado Felipe Curi. Mas Jair adora soluções familiares.

Diferenças

Curiosidade: segundo dados fornecidos pelo Paraná ao Tribunal Superior Eleitoral, a pesquisa foi presencial, bancada com recursos do próprio instituto e custou R\$ 45 mil. Na quinta passada, a Quaest registrou uma pesquisa semelhante que custará R\$ 205 mil e será paga pelo Banco Genial.

Sem ela

O nome de Rogéria Bolsonaro não consta do questionário da Quaest — além de Castro, outro nome do PL incluído foi o de Felipe Curi, ex-secretário de Polícia Civil. Da lista consta também Alessandro Molon (PSB), que seria outro candidato da esquerda. O resultado da nova pesquisa será divulgado hoje.

Briga e temor

A direita tem adorado a briga de Romeu Zema (Novo) com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Mas há, entre bolsonaristas, o temor de que, com isso, o ex-governador de Minas Gerais apareça mais do que o previsto e possa conquistar pontos importantes em pesquisas para presidente.

Olho vivo

O medo aumentou depois que Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo, elogiou a gestão de Zema e criticou a polarização. Há a preocupação de que esteja sendo construída uma articulação de uma direita que não quer ficar presa ao bolsonarismo. A candidatura de Flávio Bolsonaro é tida como consolidada, mas...

Falso Uber

O assédio de taxistas em aeroportos cariocas é mesmo absurdo, e precisa ser reprimido — ninguém merece ser alvo de tanto constrangimento. Mas há outra arapuca para passageiros, algo que ocorre no Galeão/Tom Jobim e em, pelo menos, em Confins (MG) e Salvador (BA). O golpe, veja só, do falso Uber.

É roubada

Motoristas de carros comuns se aproximam de passageiros que esperam veículos de aplicativos, se apresentam como vinculados à Uber e se oferecem para fazer corridas. Vale lembrar: carros de aplicativos são pedidos pelo celular; embarcar num veículo qualquer é um risco absurdo para o passageiro.



Manutenção da prisão aponta para negociação de delação

Prisão do ex-BRB acelera fase das delações

Com decisão do STF, Paulo Henrique vira peça-chave

Por Beatriz Matos

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que manteve a prisão do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa muda o ritmo de uma investigação sobre o Banco Master, que já entrou na fase mais delicada: a das delações.

Paulo Henrique foi preso no dia 16 de abril, durante a quarta fase da operação da Polícia Federal (PF), e segue detido desde então. Com o banqueiro Daniel Vercaro já à frente, nos bastidores da PF, a avaliação é de que o jogo agora não é mais sobre quem inicia uma delação, mas sobre quem consegue entregar informações mais relevantes.

Por unanimidade - com exceção de Dias Toffoli, que se declarou impedido - os ministros seguiram o voto do relator, André Mendonça, e mantiveram a prisão preventiva do ex-dirigente do banco público. No centro da investigação está a suspeita de que ele tenha recebido cerca de R\$ 146,5 milhões em vantagens indevidas do banqueiro Daniel Vercaro, principalmente por meio da entrega de imóveis de alto padrão.

De acordo com a PF, esses benefícios estariam ligados a decisões tomadas dentro do banco para favorecer negócios envolvendo o Banco Master, como a compra de carteiras de crédito muitas vezes falsas e com problemas.

No voto que manteve a prisão, André Mendonça descreve um arranjo que vai além de falhas de gestão. Segundo o ministro,

há indícios de uma atuação consciente para viabilizar operações consideradas irregulares dentro do BRB, mesmo diante de alertas técnicos.

A decisão aponta que o então presidente do banco teria ignorado inconsistências nas carteiras adquiridas, incluindo ausência de lastro e problemas de documentação, para acelerar negócios ligados ao Banco Master. Ao mesmo tempo, segundo a investigação, ele seria o beneficiário direto de um pacote milionário de imóveis, associado às decisões tomadas no cargo.

Na Segunda Turma do STF, com a declaração de suspeição de Toffoli, o voto mais aguardado era o de Gilmar Mendes.

Gilmar vinha de um embate público com o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo), que passou a divulgar vídeos em tom de sátira sobre o caso, na série “Os Intocáveis”, levantando questionamentos sobre a atuação de ministros do Supremo e a relação com Daniel Vercaro.

Ao votar, Gilmar acompanhou a manutenção da prisão de Paulo Henrique, mas adotou um tom mais cauteloso. Ele ressaltou que a análise ainda é preliminar e não permite conclusões definitivas sobre a existência de organização criminosa.

“Não se mostra adequado, neste momento processual, afirmar de forma peremptória que os investigados integram verdadeira organização criminosa”, destacou.

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Anac - Divulgação



Aéreas poderão usar recursos do Fundo de Aviação Civil

Governo libera crédito para aéreas enfrentar custos altos

Empresas aéreas brasileiras terão nova linha de crédito para enfrentar a disparada dos custos operacionais, sobretudo do querosene de aviação. O financiamento para capital de giro foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na semana passada e integra o pacote emergencial do governo federal para preservar a oferta de voos e reduzir a pressão sobre as tarifas. Outra frente prevê recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), com operações via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e instituições habilitadas. A iniciativa busca reforçar o caixa das companhias em meio à volatilidade do petróleo, mantendo rotas, empregos, investimentos e a conectividade regional em todo o país.

Impostos sobre querosene de aviação

Além do crédito, no início do mês o governo adotou medidas paralelas para aliviar despesas do setor aéreo. Entre elas estão a desoneração temporária de PIS/Cofins sobre o querosene de aviação e a possibilidade de adiar para dezembro tarifas de navegação aérea referentes ao período de abril a junho. A expectativa oficial é conter repasses ao consumidor final, suavizar reajustes nas passagens e na inflação.

Divulgação / Freepik



Medida busca reforçar o caixa das cooperativas de leite.

Crédito do Pronaf para cooperativas

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou condições especiais para financiamento de capital de giro destinado a cooperativas familiares do setor de leite no âmbito do Pronaf, programa de crédito voltado ao fortalecimento da agricultura familiar. Pela Resolução 5.293/2026, até 30/junho/2026 essas cooperativas poderão contratar crédito de até R\$ 40 mi, limitado a R\$ 90 mil por associado enquadrado no programa. O prazo de pagamento será de até seis anos, com até 12 meses de carência e juros de 8% ao ano. A medida busca reforçar o caixa das cooperativas e sustentar a cadeia do leite.

Passagens aéreas mais caras em março

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) informou que o aumento dos preços das passagens aéreas registrado em março é consequência direta da alta do querosene de aviação (QAV), principal custo do setor. Segundo o órgão, o reajuste do combustível pressionou as tarifas, que podem ter alta entre 10% e 20%, dependendo da empresa e da demanda.

Energia mais cara I

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) confirmou que a bandeira tarifária do mês de maio será a amarela. Com isso, haverá custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. A decisão foi tomada devido à redução de chuvas, o que leva a uma geração hidrelétrica menor e ao acionamento de usinas termelétricas.

Energia cara II

Com o acionamento da bandeira amarela, a ANEEL reforça que os consumidores devem cultivar bons hábitos de consumo para evitar desperdícios e contribuir para a sustentabilidade do setor elétrico. De janeiro a abril deste ano, a bandeira tarifária permaneceu verde, refletindo as condições favoráveis de geração.

Vergonhoso e ilegal I

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, classificou como "vergonhoso" e "ilegal" o projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso que extingue a escala de trabalho 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso). A declaração foi dada em entrevista ao programa CNN 360°.

Vergonhoso e ilegal II

Skaf argumentou que o texto apresenta "evidente inconstitucionalidade", ao confrontar parâmetros sobre duração da jornada fixados pela Constituição de 1988, que limita o trabalho normal a oito horas diárias e 44 horas semanais, com possibilidade de compensação por acordo ou convenção coletiva. O governo quer cinco dias de trabalho e dois de descanso.

Regras do FGC I

O CMN aprovou novas regras para instituições associadas ao FGC. Bancos e financeiras que capturem recursos em volume elevado frente ao patrimônio passarão a pagar contribuição adicional ao fundo garantidor. A medida busca reduzir riscos e fortalecer a proteção aos depositantes e investidores cobertos pelo sistema.

Regras do FGC II

A resolução também obriga instituições enquadradas em limites de alavancagem a manter parte dos recursos aplicada em títulos públicos federais. A exigência será implementada gradualmente entre 2026 e 2028, aumentando liquidez, disciplina prudencial e segurança no mercado financeiro.



Confisco da poupança ocorreu um dia após a posse de Collor.

Recuperação de valores da poupança entre 1987-91

Perdas nos planos Bresser, Verão e Collor 1 e 2 podem ser ressarcidas

Da Redação

Mais de 290 mil poupadores ainda podem buscar ressarcimento por perdas relacionadas aos planos econômicos Bresser, Verão e Collor 1 e 2, adotados entre 1987 e 1991. O prazo para aderir ao acordo coletivo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) termina em 3 de maio de 2027.

Têm direito à adesão os poupadores que possuíam caderneta de poupança no período dos planos e ingressaram com ação judicial para cobrar diferenças de correção monetária. Também podem participar herdeiros, inventariantes, advogados e defensores públicos que representem os titulares dos processos.

As perdas conhecidas como expurgos inflacionários ocorreram após mudanças nos índices de atualização das contas de poupança durante os planos econômicos. O acordo firmado entre entidades de consumidores, representantes dos bancos e órgãos públicos estabeleceu critérios para pagamento e encerramento das ações judiciais.

Como solicitar?

Para solicitar a adesão, o interessado deve acessar o Portal Informativo de Planos Econômicos e informar os dados do processo. Após o cadastro, o sistema apresenta simulação dos valores. Em seguida, o poupador deve indicar

a forma de recebimento e o pagamento de honorários advocatícios, quando houver.

Depois da habilitação, o banco indicado como devedor terá até 60 dias para analisar o pedido. Se houver validação dos requisitos, o pagamento deverá ser feito em até 15 dias.

O valor devido depende do saldo existente na conta na época de cada plano. Para o Plano Bresser, considera-se junho de 1987. No Plano Verão, janeiro de 1989. No Collor 1, abril de 1990, em ações exclusivas sobre esse plano. No Collor 2, janeiro de 1991. Esses planos econômicos mudaram a correção da poupança e, no caso do Collor 1, bloquearam parte dos depósitos. As medidas reduziram rendimentos e geraram perdas conhecidas como expurgos inflacionários.

Em maio de 2025, o STF prorrogou por mais 24 meses o prazo para adesão ao acordo. A decisão também determinou a aplicação do entendimento às ações sobre revisão da poupança, embora ainda existam recursos pendentes de análise.

Segundo entidades envolvidas nas negociações, bilhões de reais já foram pagos desde o início do acordo, firmado em 2018. Bancos informaram ao Supremo que continuam apresentando propostas aos poupadores elegíveis dentro do prazo definido.

Com informações da
Folhapress

Consumo das famílias sobe 6,21% em março, aponta ABRAS

Cesta de 35 produtos subiu 2,20% no mês e pressionou o orçamento doméstico.

O consumo das famílias brasileiras ganhou força em março e fechou o primeiro trimestre de 2026 em alta, impulsionado pela entrada de recursos na economia, antecipação de compras para a Páscoa e melhora da renda disponível. É o que aponta levantamento da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), divulgado no fim de semana. Segundo a entidade, o consumo nos lares acumulou crescimento de 1,92% entre janeiro e março. Na comparação entre março deste ano e o mesmo mês de 2025, o avanço foi de 3,20%, melhor desempenho para o período desde 2023, quando a alta havia sido de 4,58%. Já em relação a fevereiro, o salto foi de 6,21%.

De acordo com a ABRAS, parte importante desse movimento foi concentrada na última semana de março, em razão das compras antecipadas para a Páscoa, celebrada no início de abril. Também pesou o efeito calendário, já que fevereiro tem menos dias úteis para consu-

mo. O indicador considera todos os formatos de supermercados e os dados são corrigidos pela inflação medida pelo IPCA, do IBGE.

O desempenho do varejo alimentar ocorreu em um cenário de maior circulação de dinheiro na economia. Em março, o programa Bolsa Família beneficiou 18,73 milhões de lares, com repasses de R\$ 12,77 bilhões. O segundo lote do PIS/Pasep injetou cerca de R\$ 2,5 bilhões. Houve ainda liberação de R\$ 1,8 bilhão em Requisições de Pequeno Valor (RPVs) do INSS e aproximadamente R\$ 300 milhões em restituições residuais do Imposto de Renda Pessoa Física.

Para o segundo trimestre, a expectativa do setor segue positiva. Entre os fatores apontados estão a antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS, estimada em R\$ 78,2 bilhões, com pagamentos iniciados em 24 de abril para cerca de 35,2 milhões de beneficiários. Soma-se a isso o primeiro lote de restituição do Im-



Entrada de recursos na economia, Páscoa e avanço da renda impulsionaram o consumo

posto de Renda de 2026, previsto em cerca de R\$ 16 bilhões para 9 milhões de contribuintes no fim de maio. "Mesmo em um cenário favorável para a renda das famílias, o setor mantém foco em competitividade de preços, eficiência operacional e planejamento, diante de eventuais pressões logísticas e de custos no ambiente internacional", afirmou o vice-presidente da ABRAS, Marcio Milan.

Preços pressionam

Apesar do aumento do consumo, os preços dos alimentos continuam pressionando o orçamento doméstico. O Abrasmercado, indicador que monitora a cesta de 35 produtos de largo consumo, registrou alta de 2,20% em março, a maior elevação mensal do trimestre. Em fevereiro, a variação havia sido de 0,47%, enquanto janeiro registrou queda de 0,16%. Com isso, o valor médio da cesta passou de R\$ 802,88 para R\$ 820,54.

Entre os produtos básicos, a

principal alta no mês veio do feijão, que subiu 15,40% e já acumula avanço de 28,11% no trimestre. O leite longa vida aumentou 11,74% em março e 6,80% no acumulado do ano. Também tiveram reajustes a massa de espaguete (+0,91%), margarina cremosa (+0,84%) e farinha de mandioca (+0,69%). Os alimentos in natura também pressionaram o bolso do consumidor. O tomate disparou 20,31% em março e já acumula alta de 45,43% no trimestre. A cebola subiu 17,25% no mês e 14,06% no acumulado, enquanto a batata avançou 12,17% em março e 14,04% no ano.

Na direção contrária, caíram os preços do açúcar refinado (-2,98%), café torrado e moído (-1,28%), óleo de soja (-0,70%), arroz (-0,30%) e farinha de trigo (-0,24%). Entre as proteínas, houve alta dos ovos (+6,65%), carne bovina do traseiro (+3,01%) e dianteiro (+1,12%), enquanto frango congelado (-1,33%) e pernil (-0,85%) recuaram.

Regiões

Regionalmente, o Nordeste registrou a maior variação mensal da cesta de 35 itens, com alta de 2,49%, elevando o valor médio para R\$ 738,47. O Sudeste veio em seguida, com aumento de 2,20% e cesta média de R\$ 840,86. No Sul, a alta foi de 1,92%, levando o custo para R\$ 888,57. Centro-Oeste teve avanço de 1,83%, com cesta de R\$ 766,96. Já o Norte subiu 1,82%, mas segue com o maior custo médio nacional: R\$ 890,93.

No recorte da cesta de 12 produtos básicos, o preço médio nacional avançou 2,26% em março, passando de R\$ 336,80 para R\$ 344,40. O menor valor entre capitais e regiões metropolitanas foi registrado em Fortaleza, com R\$ 298,93. Já os maiores preços ficaram no Norte: Belém, com R\$ 422,73, e Rio Branco, com R\$ 425,38. São Paulo apareceu com custo médio de R\$ 365,01.

Brasil perde R\$ 26 bilhões por ano com corrupção na saúde, aponta instituto

Divulgação / Freepik

O Brasil perde cerca de R\$ 26 bilhões por ano com corrupção na área da saúde, segundo estimativa divulgada pelo Instituto Ética Saúde (IES), entidade da sociedade civil voltada à promoção da ética, integridade e transparência na cadeia produtiva do setor. O valor representa impacto direto na capacidade de atendimento do sistema público e privado e compromete serviços essenciais à população.

De acordo com o levantamento, o montante corresponde a 2,3% dos gastos totais em saúde no país, índice semelhante às estimativas de perdas com corrupção em outros segmentos da economia nacional. "Considerando um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 11,7 trilhões e investimentos em saúde equivalentes a 9,7% desse total, os recursos desviados alcançam níveis conside-

rados expressivos", cita a IES

Na comparação com 2019, quando o prejuízo estimado era de R\$ 14,5 bilhões, o volume atual representa um crescimento de 79%. Segundo o instituto, o avanço reflete tanto o aumento dos investimentos no setor quanto a ampliação de denúncias e investigações sobre irregularidades. Na prática, os valores perdidos poderiam financiar obras e equipamentos estratégicos. O instituto calcula que os R\$ 26 bilhões seriam suficientes para a construção de 52 hospitais públicos de grande porte, a implantação de 26 mil Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) móveis ou a compra de mais de 2.200 aparelhos de ressonância magnética de alta resolução.

Para o presidente do Conselho Administrativo do IES, Sérgio Rocha, os impactos vão além do aspec-



Superfaturamentos e fraudes em contratos reforçam dados

to financeiro. "A corrupção na saúde tem consequências diretas na vida das pessoas. Cada recurso desviado significa menos acesso ao diagnóstico, a tratamento e à própria chance de sobreviver", afirmou.

Motivos

Durante a pandemia de covid-19, operações policiais em diferentes estados investigaram suspeitas de superfaturamento, fraudes em contratos emergenciais e irre-

gularidades na compra de insumos hospitalares, evidenciando fragilidades nos mecanismos de controle e fiscalização. O IES destaca que a cadeia da saúde, marcada por alta complexidade e fragmentação, está mais exposta a riscos de corrupção. Por isso, a entidade atua na formulação de diretrizes de autorregulação, programas de integridade, ações de conscientização e mecanismos de prevenção a fraudes.

Segundo Rocha, o enfrentamento do problema depende de fiscalização rigorosa, aplicação da lei, transparência e cooperação entre instituições públicas e privadas. "Estamos falando de recursos que deveriam estar salvando vidas, mas que acabam alimentando esquemas ilícitos", disse.

Com informações da Folhapress

CORREIO JURÍDICO

Ascom Procon-AL



Novas regras impõem mais transparência nos preços

Senacon inicia fiscalização de aplicativos de delivery

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, iniciou a fiscalização de aplicativos de transporte e delivery após o fim do prazo de adequação às regras de transparência de preços. A medida prevê que as plataformas informem a divisão do valor pago entre aplicativo, motoristas, entregadores e estabelecimentos parceiros. Segundo a Senacon, o objetivo é garantir informação acessível. O descumprimento pode ser considerado infração ao Código de Defesa do Consumidor, com aplicação de multas e sanções administrativas. A ação busca ampliar a transparência no setor digital e reduzir a assimetria de informações, permitindo maior compreensão dos preços.

Acesso à documentação básica

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) registrou um aumento de 52% na emissão de certidões civis durante a 4ª Semana Nacional do Registro Civil "Registre-se!", realizada em 2026. Foram mais de 225 mil solicitações em todo o país, com cerca de 119 mil documentos entregues ainda no mutirão. A ação busca reduzir o sub-registro e ampliar o acesso à documentação básica. A iniciativa contou com atendimentos gratuitos em mutirões pelo país.

Divulgação/TST



Defesas online devem ser consideradas no presencial

TST valida sustentação eletrônica

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que sustentações orais enviadas por meio eletrônico devem ser consideradas mesmo quando o julgamento muda de virtual para presencial, como em casos de destaque ou pedido de vista. Isso evita que uma parte seja prejudicada por mudança no formato do julgamento após o envio da manifestação. Com isso, o TST garante que o conteúdo enviado dentro do prazo continua válido e será analisado pelos ministros em sessão presencial, reforçando segurança e igualdade entre as partes no processo no caso

Retirada de sobrenome paterno

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou a retirada do sobrenome paterno do registro civil em caso de abandono afetivo. A Terceira Turma entendeu que o nome pode ser alterado quando não reflete a realidade de vínculos familiares, por se tratar de direito da personalidade. A decisão permite flexibilização do registro civil, desde que haja justo motivo e sem prejuízo a terceiros.

POR
ANDRE SOUZA

Precatórios I

A consulta de precatórios por CPF já pode ser feita nos portais dos tribunais, permitindo ao credor verificar a situação do crédito judicial. O sistema reúne dados como fase do processo e valores, sem necessidade de cadastro, facilitando o acesso às informações de forma gratuita e online com atualização em tempo real.

Precatórios II

A ferramenta ajuda o beneficiário a acompanhar a posição na fila de pagamento e identificar pendências que possam atrasar a liberação dos valores. Especialistas alertam que a verificação periódica é importante, já que prazos legais podem levar ao cancelamento de valores não sacados dentro do período previsto.

Soberania em terras I

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, validar a lei de 1971 que impõe restrições à compra de terras rurais por empresas com capital estrangeiro. O julgamento reafirma que a regra é compatível com a Constituição de 1988 e busca preservar a soberania nacional sobre o território brasileiro.

Soberania II

Com a decisão do STF, permanece a exigência de controle mais rígido sobre aquisições de imóveis rurais, incluindo limites de área e necessidade de autorização da União em certos casos. Para o tribunal, as restrições também ajudam a evitar especulação fundiária e possíveis riscos à segurança jurídica no campo.

Lotes irregulares

Após ação do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça determinou que uma fabricante de produtos de limpeza recolha lotes irregulares. O caso ocorreu em Araraquara (SP) e aponta riscos ao consumidor e descumprimento de normas sanitárias, com determinação de retirada dos produtos do mercado.

Indenização

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que uma farmácia deve indenizar a mãe e os irmãos de um entregador morto em acidente de trânsito durante uma entrega. O caso ocorreu em Governador Valadares (MG). A Justiça reconheceu o direito à indenização por danos morais, pela relação do acidente com o trabalho.



Chamada de voz por Whats App não vale como ato citatório

STJ barra divórcio por citação via WhatsApp

Corte decidiu que contato por aplicativo não é formalidade legal

Andre Souza

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou que a citação realizada por WhatsApp é inválida em ações de estado — processos que tratam de questões ligadas ao estado civil ou à relação familiar das partes, como divórcio, filiação, guarda e reconhecimento de união. A decisão foi tomada em julgamento realizado na quinta-feira (24) e reforça o entendimento de que, nesses casos, a legislação brasileira exige citação pessoal do réu.

No caso real, o colegiado analisou recurso apresentado em pedido de homologação de sentença estrangeira de divórcio (quando um casal se divorciou no exterior, perante a Justiça estrangeira, e recebeu lá uma sentença encerrando o casamento). Para que uma decisão proferida no exterior produza efeitos no Brasil, é necessário que ela passe pelo crivo do STJ, que verifica se foram cumpridos requisitos legais mínimos, entre eles a regular citação da parte contrária. O recorrente sustentava que a citação teria sido válida porque um oficial de justiça conversou com o requerido por chamada de voz feita pelo WhatsApp, circunstância registrada em certidão juntada ao processo. A defesa também argumentou que seria preciso flexibilizar o formalismo do ato citatório, já que o objetivo principal — dar ciência ao interessado sobre a existência da ação — teria sido alcançado.

O relator, ministro Herman Benjamin, presidente do STJ, rejei-

tou a tese. Segundo ele, a suposta conversa por aplicativo não equivale à citação pessoal exigida pelo Código de Processo Civil. O ministro destacou que o artigo 247, inciso I, do CPC determina tratamento específico para ações dessa natureza, justamente por envolverem direitos pessoais sensíveis e de grande relevância jurídica. Para o ministro, a formalidade do ato não representa excesso burocrático, mas garantia de segurança jurídica, ampla defesa e certeza de que a parte foi regularmente notificada do processo.

Para o advogado, Alexander Beltrão, especialista em Direito das Famílias e Sucessões, o entendimento do STJ, ao vedar de forma absoluta a citação por WhatsApp, revela apego excessivo ao formalismo em detrimento da efetividade processual. "Não houve simples mensagem, mas chamada de voz pelo aplicativo, apta a reforçar a identificação do destinatário e a comprovar sua ciência inequívoca. Embora o artigo 247, I, do CPC exija citação pessoal, a interpretação deve evoluir para admitir meios tecnológicos idôneos. Em um cenário de crescente digitalização, negar validade a comunicações efetivas representa retrocesso" - diz.

Beltrão argumenta ainda que a decisão desconsidera a prática forense, em que a localização de uma das partes é obstáculo recorrente. "Ao assim decidir, abre-se espaço para condutas protelatórias e compromete-se a efetividade jurisdicional" - completa.

CORREIO NO MUNDO

Reprodução



ONU alertou para início de versão 'poderosa' do El Niño

El Niño pode ser forte e começar nos próximos meses

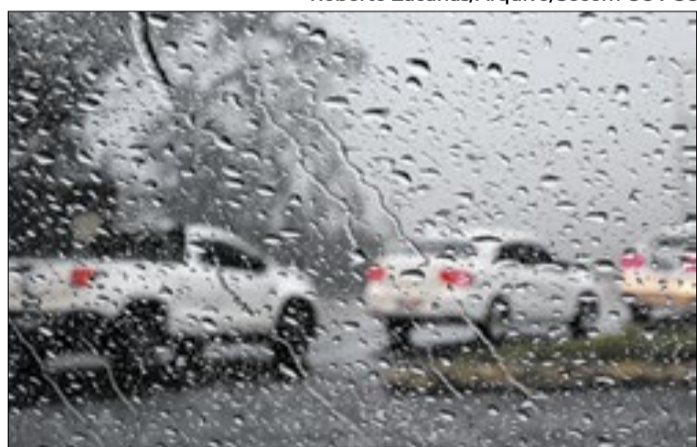
Ecoando o coro de outras agências internacionais, a Organização Meteorológica Mundial (OMM), braço da ONU, informou que o El Niño deve se desenvolver já no período de maio a julho. A última ocorrência do fenômeno, de 2023 a 2024, levou as temperaturas globais a níveis recordes e, somada à mudança climática, potencializou eventos climáticos extremos - como a seca histórica na Amazônia e as enchentes no Rio Grande do Sul.

"Os modelos climáticos estão fortemente alinhados e há alta confiança no início do El Niño [em meados de 2026], seguido de intensificação adicional nos meses seguintes", disse em comunicado o chefe de previsão climática da OMM, Wilfran Moufouma Okia.

Padrões climáticos poderosos

"Os modelos indicam que este pode ser um evento forte -mas a chamada barreira de previsibilidade da primavera é um desafio para a certeza das previsões nesta época do ano. A confiança nas previsões geralmente melhora após abril", afirmou. El Niño e La Niña são fases opostas da Oscilação Sul-El Niño (Enso, na sigla em inglês), um dos padrões climáticos mais poderosos da Terra, mudando padrões de ventos, pressão e precipitações.

Roberto Zacarias/Arquivo/Secom GOV SC



Fenômeno El Niño costuma causar desastres naturais

Aquecimento das temperaturas

O El Niño é caracterizado pelo aquecimento das temperaturas da superfície do oceano no Pacífico Equatorial. Ele normalmente ocorre a cada dois a sete anos e dura cerca de nove a doze meses, informa a OMM.

No Brasil, o fenômeno normalmente intensifica a estiagem nas regiões Norte e Nordeste e aumenta os acúmulos de chuva no Sul. "Não há evidências de que as mudanças climáticas aumentem a frequência ou intensidade dos eventos de El Niño. Mas elas podem amplificar os impactos associados a ela", disse.

Eventos climáticos extremos

"Porque um oceano e uma atmosfera mais quentes aumentam a disponibilidade de energia e umidade para eventos climáticos extremos, como ondas de calor e chuvas intensas", informou a Organização Meteorológica Mundial. O 'El Niño' vem sendo responsável por uma série de eventos climáticos no mundo.

Por Jéssica Maes (Folhapress)

Reunião em Caracas

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, chegou na sexta-feira (24) à Venezuela para um encontro bilateral com a líder do regime, Delcy Rodríguez. O foco previsto do encontro é segurança fronteiriça e cooperação energética. Os dois se reuniram no Palácio de Miraflores, sede do regime, em Caracas.

Gustavo Petro

A ida de Petro trata-se da primeira visita oficial de um chefe de Estado à Venezuela após a captura de Nicolás Maduro pelos Estados Unidos, em janeiro. Petro, que era um aliado de Maduro, condenou as operações militares em território venezuelano e classificou inicialmente a captura como um sequestro.

Delcy Rodríguez

Tutelada pela Casa Branca, Delcy retomou as relações diplomáticas com Washington e tem impulsionado reformas com o objetivo de facilitar o investimento privado e estrangeiro em petróleo, gás e mineração. Colômbia e Venezuela têm projetos pendentes de venda de gás e de interconexão elétrica.

Encontro

O presidente colombiano e sua delegação foram recebidos pelo chanceler venezuelano, Yván Gil. Uma reunião anterior entre Petro e Delcy estava prevista para meados de março no lado colombiano da fronteira, mas foi cancelada de última hora por alegados motivos de segurança. Pouco depois, uma delegação de alto nível da Colômbia viajou a Caracas.

Fronteira

Petro, primeiro presidente de esquerda da Colômbia, visitou a Venezuela pela última vez em abril de 2024. Os países compartilham uma porosa fronteira de 2.200 km onde grupos armados competem pelo controle dos lucros do narcotráfico, da mineração ilegal e do contrabando de mercadorias e pessoas.

Atentado

Durante a viagem do presidente colombiano, seu país viveu mais um dia de violência política. A explosão de um possível carro-bomba atingiu o entorno de um batalhão na cidade de Cali. Informações preliminares falam em um ferido. O atentado ocorre há um mês das eleições presidenciais no país.



Foto do invasor, compartilhada por Donald Trump

Atirador deve ser indiciado hoje em Washington

Após disparos, Melania e Donald Trump foram retirados de jantar

O homem acusado de abrir fogo durante o jantar da Associação de Correspondentes da Casa Branca, realizado no sábado (25), na Casa Branca, deverá ser formalmente indiciado na segunda-feira (27), segundo informou a procuradora federal Jeanine Pirro.

Identificado como Cole Tomas Allen, de 31 anos, ele deve responder por uso de arma de fogo durante crime violento e agressão a um agente federal com arma perigosa. As autoridades ainda não esclareceram a motivação do ataque. De acordo com Pirro, as investigações iniciais indicam que o suspeito pretendia causar o maior número possível de vítimas. Apesar disso, ninguém ficou ferido entre os participantes do evento, graças ao controle de segurança instalado na entrada do salão principal.

O jantar contava com a presença do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que foi retirado do local pelo Serviço Secreto durante o incidente. O vice-presidente JD Vance e outros integrantes do governo também deixaram o evento às pressas. Segundo o chefe interino da polícia de Washington, Jeffery Carroll, o suspeito estava armado com uma espingarda, uma pistola e várias facas. Ele teria trocado tiros com agentes de segurança antes de ser detido.

Um agente do Serviço Secreto foi atingido durante a ocorrência, mas a bala ficou retida no equipamento de proteção. Conforme informou Anthony Guglielmi, o agente já recebeu alta médica. As autoridades trabalham com a hipó-

tese de que Allen agiu sozinho. Há indícios de que ele estava hospedado no hotel onde o evento ocorreu, o Washington Hilton, cujo quarto foi isolado para perícia.

Equipes do FBI realizaram diligências em uma residência ligada ao suspeito na cidade de Torrance, onde foram instaladas barreiras policiais para investigação. Registros públicos apontam que o suspeito atuava como professor e desenvolvedor de videogames na Califórnia e possuía formação em engenharia pelo Instituto de Tecnologia da Califórnia.

Após o incidente, Trump afirmou, em coletiva de imprensa, que acredita na hipótese de ação isolada. "Parece que eles acham que ele era um lobo solitário. E eu também acho isso", declarou o presidente.

Lula presta solidariedade

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva manifestou solidariedade ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, após o ataque a tiros em Washington. Em publicação neste domingo (26), classificou o episódio como "violência política" e afirmou que se trata de uma "afrota aos valores democráticos". "Minha solidariedade ao presidente Donald Trump, à primeira-dama Melania Trump e a todos os presentes no jantar com correspondentes em Washington. O Brasil repudia veementemente o ataque de ontem à noite. A violência política é uma afronta aos valores democráticos que todos devemos proteger", disse.

Estados Unidos e Irã retomam negociações pelo fim da guerra

Como esperado, a solução para o conflito esbarra em exigências de ambos os lados

As negociações entre o Irã e os Estados Unidos começaram no sábado (25), após uma semana de intenso vaivém diplomático para achar uma solução para o conflito entre os rivais. Até o formato das conversas é objeto de disputa.

Na sexta-feira (24), o chanceler da teocracia, Abbas Araghchi, havia anunciado que iria ao Paquistão. Segundo a mídia estatal iraniana, ele não iria se encontrar com representantes americanos, e sim apresentar as propostas de Teerã para os anfitriões, que então as repassariam a Washington.

Poucas horas depois, integrantes do governo americano informaram a diversos veículos que dois negociadores estavam a caminho de Islamabad, Steve Witkoff e o genro presidencial Jared Kushner, que cuida dos interesses empresariais do sogro mesmo sem ter cargo oficial.

Ficou de fora, provavelmente por dificuldades no arranjo de segurança em cima da hora, o vice-presidente J. D. Vance, que Trump havia anunciado ao longo da semana como pronto para voar ao Paquistão. Ele comandou, ao lado de Witkoff e Kushner, a rodada fracassada de conversas entre os rivais há duas semanas em Islamabad.

Araghchi disse no X que irá também a Omã, país que mediava as conversas com Washington antes da guerra e acabou sendo alvo de retaliação iraniana durante o conflito, apesar de Teerã dizer que não tinha intenção de atacar. Depois, voará para a Rússia, onde tem em Vladimir Putin um aliado.

Na terça (21), Trump adiou por tempo indefinido a trégua que havia estabelecido no dia 7 passado com o Irã, após cinco semanas de ataques americanos e israelenses ao regime islâmico. As conversas iniciais em Islamabad se deram logo em seguida.

A prioridade de Trump, entre tantas anunciadas ao longo da guerra, era a reabertura do estreito de Hormuz, vital para o mercado de energia do planeta. O trânsito de petroleiros e de outros navios havia caído a 10% do usual com o conflito.

O Irã manteve o controle, mantendo parte da região para obrigar o estabelecimento de uma rota por suas águas, com pedágio para embarcações.

O americano buscou combater isso com um bloqueio próprio, contra navios indo e vindo de portos do Irã. Com isso, Teerã rejeitou



Dean Calma/IAEA

Abbas disse que não se encontraria com americanos, mas delegação de Trump foi a Islamabad

a ideia de negociar. Trump desistiu de retomar a guerra, o que deveria ocorrer com o fim do cessar-fogo na terça, mas manteve o embargo.

Com isso, o Irã se apegou ao que chama de violação de trégua para rejeitar negociações diretas. Resta agora saber se haverá encontro direto entre Araghchi e os americanos, ou uma repetição do modelo das negociações sob a mediação do Omã, quando os times passavam mensagens em salas separadas por meio de terceiro.

Em entrevista sobre o conflito, o secretário Pete Hegseth (Defesa)

apenas disse que “o Irã sabe que ainda tem uma janela aberta para escolher sabiamente à mesa de negociações”. “Tudo o que eles precisam fazer é abandonar [o desejo de ter] uma arma nuclear de forma séria e verificável”, disse.

Hegseth insiste em que a entrada e saída de Hormuz estão sob controle americano, e diz que o bloqueio se estende a qualquer ponto dos oceanos. Na quinta, os EUA anunciaram ter abordado um navio com petróleo iraniano sob sanção no oceano Índico, um dia após o Irã apreender dois cargueiros perto de sua costa.

A questão do programa nuclear iraniano é o “casus belli” mais citado neste conflito. Em 2018, Trump abandonou um arranjo em que Teerã renunciava à bomba. O acordo limitava as capacidades de enriquecimento de urânio por 15 anos sob supervisão da ONU.

Os EUA alegaram que o Irã podia violar a qualquer momento o acordo. Agora, pelos termos que transpareceram das conversas de antes e depois da guerra, podem acabar aceitando algo semelhante. Teerã quer em troca o fim de sanções econômicas, como no acerto de 2015.

A complicação é Hormuz, que não estava à mesa antes. O Irã quer manter o pedágio e o controle, algo rejeitado por americanos e aliados árabes dos EUA. Uma solução intermediária poderá ser uma cobrança dupla, da teocracia e também de Omã, que fica na margem sul do estreito, mas os países do golfo Pérsico são contrários.

Há diversos outros itens, como a eventual reparação pela destruição da guerra e o programa de mísseis de Teerã. Mesmo tendo seu governo decapitado e as Forças Armadas fortemente afetadas pelos bombardeios, a teocracia manteve capacidade de lançar drones e mísseis contra Israel e os vizinhos árabes.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Trump ameaça rever status das Malvinas em retaliação à Otan

O vazamento de um e-mail interno do Pentágono nesta sexta-feira (24) reacendeu o debate sobre a soberania das ilhas Malvinas, um território ultramarino britânico que a Argentina reivindica para si -talvez o único consenso dos argentinos na atual polarização política que divide o país.

Segundo a agência de notícias Reuters, um funcionário americano afirmou que a mensagem do Departamento de Defesa menciona possíveis punições a membros da Otan que, na visão dos Estados Unidos, não apoiaram as operações de Washington na guerra contra o Irã.

Entram na lista a Espanha, governada pelo socialista Pedro Sánchez, e o Reino Unido, governado pelo trabalhista Keir Starmer. Segundo a agência, o primeiro país poderia ser punido com a suspensão de sua participação na aliança

militar ocidental; o segundo, com a revisão dos EUA sobre a soberania das Falklands, como o local é chamado em inglês.

Questionado pela Reuters sobre o e-mail, o secretário de Imprensa do Pentágono, Kingsley Wilson, repetiu o que o presidente Donald Trump vem afirmando nos últimos meses. “Apesar de tudo o que os EUA fizeram por nossos aliados da Otan, eles não estiveram presentes para nós”, afirmou.

“O Departamento de Guerra garantirá que o presidente tenha opções viáveis para assegurar que nossos aliados deixem de ser apenas figuras decorativas e passem a fazer a sua parte. Não temos mais comentários a fazer sobre quaisquer deliberações internas a esse respeito”, completou.

Enquanto Sánchez disse literalmente “não à guerra” iniciada por



Casa Branca

Vazamento de email interno reacendeu debate sobre ilhas

EUA e Israel, Starmer deu um apoio hesitante a Washington. Em março, após se recusar inicialmente a ter qualquer papel nos ataques contra o país persa, o premiê permitiu que os EUA usassem bases militares de seu país para um “propósito defensivo específico e limitado” em meio à retaliação iraniana, mas reafirmou que não participaria “de ações ofensivas no Irã”.

Foi o suficiente para Trump passar a atacar Starmer, chamando-o de covarde e descrevendo os porta-aviões britânicos como “brinquedos”. “O Reino Unido tem sido muito, muito pouco cooperativo”, disse o republicano na ocasião.

Atualmente, o site do Departamento de Estado afirma que as ilhas Malvinas são uma “questão bilateral que precisa ser resolvida diretamente entre os governos da Argentina e do Reino Unido”.

“Encorajamos ambas as partes a resolverem suas divergências por meio do diálogo nos canais diplomáticos normais. Reconhecemos a administração de fato do Reino Unido sobre as ilhas, mas não tomamos posição em relação à soberania”, completa.

É exatamente esse reconhecimento da administração que pode estar em jogo, segundo a Reuters.

Se a relação de Trump com Starmer está difícil, a com Javier Milei está em um de seus melhores momentos -antes das eleições legislativas de outubro, das quais o ultraliberal saiu vitorioso, os EUA enviaram um pacote de resgate financeiro bilionário para ajudar o aliado.

“Estamos fazendo tudo o que é humanamente possível para que as Malvinas argentinas, as ilhas, todo o território, retornem às mãos da Argentina”, disse Milei em entrevista a uma rádio publicada em sua conta na rede social X nesta sexta. “Estamos progredindo como nunca antes.”

Seu chanceler, Pablo Quirno, também se manifestou na mesma plataforma, pedindo a retomada das negociações com Londres.

“A ocupação de 1833 foi um ato de força contrário ao direito internacional vigente à época, que violou nossa integridade territorial e instaurou uma situação colonial que persiste”, disse, sobre a ação que expulsou os argentinos do território no século 19. “Por história, por lei e por convicção: as ilhas Malvinas são argentinas”, completou, ecoando a frase que aparece até mesmo nas janelas de ônibus de Buenos Aires.

Por Daniela Arcanjo (Folhapress)

CORREIO ESPORTIVO

Fabio Motta/Prefeitura do Rio



Convocados para Mundial serão revelados no Museu

Museu do Amanhã será palco da convocação para a Copa

A CBF confirmou o local do evento mais esperado pelos atletas e torcedores brasileiros: a convocação dos atletas para a Copa do Mundo FIFA 2026. A cerimônia de anúncio dos convocados ocorrerá no dia 18 de maio.

A lista final da convocação da Seleção Brasileira será divulgada em evento para imprensa, patrocinadores e convidados, no Museu do Amanhã, no centro do Rio de Janeiro, às 17 horas.

Projetado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava, o Museu do Amanhã foi inaugurado em 17 de dezembro de 2015, erguido ao lado da Praça Mauá, na zona portuária do Rio de Janeiro, tendo ao fundo o cenário exuberante da baía de Guanabara, em um local icônico da cidade.

Celebração ao futebol brasileiro

A ideia do evento é promover uma grande celebração ao futebol brasileiro, reunindo passado e presente da seleção mais vitoriosa do planeta para o pontapé inicial na busca por mais uma taça da Copa do Mundo.

Na ocasião, o técnico italiano Carlo Ancelotti vai divulgar para o planeta quem serão os 26 atletas que vão representar a Amarelinha no Mundial, iniciando a campanha em busca do hexacampeonato.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Seleção fará apresentação na Granja Comary

Cronograma pré-Copa do Mundo

Após a convocação, o ciclo para a Copa do Mundo terá início oficialmente no dia 27 de maio, quando os jogadores se apresentarão na Granja Comary para iniciar a preparação visando à disputa. A exceção será para os atletas que eventualmente disputem a final da Champions League, que ocorrerá em 30 de maio, na Hungria.

No dia 31, a Seleção enfrentará o Panamá, no Maracanã, marcando a despedida do país. No dia seguinte a delegação segue para os EUA, onde fará um último amistoso contra o Egito, em Cleveland, no dia 6 de junho.

Militão será cortado da Copa do Mundo

O zagueiro Éder Militão está fora da Copa do Mundo 2026. O atleta do Real Madrid sofreu uma nova lesão muscular no bíceps femoral da perna esquerda, o mesmo músculo rompido em dezembro de 2025, que o tirou dos campos por quatro meses, e precisará passar por cirurgia. Com tempo de recuperação estimado em mais quatro meses, ele não conseguirá defender a Seleção Brasileira na Copa do Mundo.

Fluminense avança

O Fluminense e o Basket Joaçaba venceram seus confrontos de quartas de final nesta semana e estão na semifinal da Liga Ouro de basquete. A Liga Ouro é a divisão de acesso do NBB (Novo Basquete Brasil) e concede ao campeão uma chance de pleitear uma vaga na elite do basquete brasileiro.

Exigências

Para que o acesso seja conquistado, as instituições precisam atender a critérios como cumprimento de exigências organizacionais, ginásio adequado e garantias orçamentárias para a temporada. Único grande carioca ausente no último NBB, o tricolor reativou o seu basquete recentemente.

Brusque Basquete

Após perder a vaga direta na semifinal na última rodada da primeira fase, o Fluminense venceu os dois jogos contra o América Towers (equipe de basquete do América-MG) e agora tentará a vaga na final. O Tricolor enfrentará o Brusque Basquete, que terminou a primeira fase na segunda colocação.

Semifinais

Na fase de classificação, cada um venceu na sua casa. Agora, o Brusque tem a vantagem de decidir como mandante por ter classificado direto.

Na outra semifinal, o Tatuí, líder da fase de classificação, enfrenta o Joaçaba. Os catarinenses precisaram dos três jogos para se classificar contra o Instituto Vida Vida/Cetaf.

Emocionante

Após vencer o primeiro jogo por 84 a 68, no Espírito Santo, os atletas do basquete do Tatuí perderam em casa por 78 a 76, mas fizeram 89 a 61 na terceira partida e conseguiram a classificação. Já durante a primeira fase, o time paulista venceu os dois jogos, fazendo 91 a 89 na casa do Joaçaba, 87 a 57, em Tatuí.

Terceiro jogo

Os primeiros dois jogos das semifinais serão realizados nos dias 3 e 6 de maio. Caso necessário, o terceiro jogo de Tatuí x Joaçaba será no dia 7 e de Brusque x Fluminense, no dia 8. O Novo Basquete Brasil vem crescendo cada vez mais no cenário esportivo brasileiro, então é uma grande oportunidade jogar na elite.



Messi e CR7 vão para a possível última Copa de suas carreiras

Última dança de Messi e Cristiano Ronaldo

Craques se aproximam da última Copa do Mundo de suas carreiras

Por Marcos Guedes (Folhapress)

Ao que tudo indica, a Copa do Mundo de 2026 será a última dos craques Lionel Messi e Cristiano Ronaldo. Não se trata meramente de uma celebrada despedida, uma turnê para aplausos na América do Norte. Os dois vão ao Mundial com verdadeira ambição de lutar pelo título e ampliar seus já incrivelmente impressionantes currículos.

Só por entrar em campo, eles já quebrarão um recorde. Serão os primeiros jogadores a participar de seis edições da competição. Mas listar os números de Messi e CR7 chega a ser cansativo. Para ficar nos gols, ambos estão perto do milésimo: Ronaldo tem 969; Messi, 905. E Messi tem a possibilidade de assumir o posto de maior artilheiro da história das Copas - com 13, precisa de três para igualar o atual líder, o alemão Miroslav Klose.

Eles hoje atuam em mercados periféricos esportivamente. Na Arábia Saudita e nos Estados Unidos, o português de 41 anos e o argentino de 38 vão prolongando suas carreiras e produzindo estatísticas ainda notáveis, enquanto se preparam para o Mundial derradeiro.

Cristiano, do Al Nassr, tem 36 jogos na temporada 2025/26, incluindo os cinco por Portugal, com 31 gols e quatro assistências. Nos EUA, a temporada segue o calendário gregoriano: em 2026, Messi, do Inter Miami, jogou 12 vezes (duas pela Argentina), com nove gols e uma assistência.

Os craques adaptaram seu futebol. Agora se posicionam mais perto do gol. No caso de Ronaldo, exímio finalizador, como um verdadeiro centroavante. Já Messi virou segundo atacante, rondando a área à espera do momento de usar seu talento em espaço curto.

“Ano após ano, vamos tentando melhorar sempre algum aspecto. Com a idade, vamos perdendo algumas habilidades, e é necessário fazer um ajuste. Se um jogador quer ter longevidade, precisa de um poder de adaptação grande. Não é coincidência que eu esteja no mais alto nível há mais de 20 anos”, afirmou o português.

“Mudei meu estilo de jogo por causa do momento, da situação e da minha idade. Estou me adaptando um pouco a tudo. Comecei a me reinventar”, disse o argentino, que completará 39 anos em junho, durante a Copa.

Messi não chegou a confirmar sua participação na competição, mas, a esta altura, exceto no caso de uma lesão mais séria, a presença do camisa 10 no Mundial é uma quase certeza.

No caso de Cristiano, não há mistério. Ele provavelmente nunca teve companheiros de tão alto nível, e crê que pode ser sua hora de chegar ao Olimpo do futebol.

Ele é o único jogador com gols em cinco Copas. Messi é o único com assistências em cinco Copas. Eles estarão na América do Norte batalhando por um lugar ainda maior na história do futebol.

Tradições da Copa do Mundo estão mais caras para a edição de 2026

Reunir amigos para churrascos e completar o álbum de figurinhas vão pesar no bolso

O preço total para completar o novo álbum de figurinhas da Copa do Mundo de 2026 varia de R\$ 1.004,90 a R\$ 7.362,90, dependendo da estratégia que o colecionador adotar. O livro ilustrado já está em pré-venda com dois valores: R\$ 74,90 (capa dura) e R\$ 24,90 (brochura). O envelope com sete figurinhas custa R\$ 7. Na pré-venda, a Panini não oferece a opção de comprar cards avulsos. Há apenas a opção de adquirir 12 pacotes por R\$ 87.

Professor da FGV EMap (Escola de Matemática Aplicada da Fundação Getúlio Vargas), Moacyr Silva explicou três possibilidades para completar o álbum. A primeira é considerando o comprador que adquire todas as figurinhas sem nenhuma repetição. A segunda é com o colecionador comprando pacotinhos e tirando figurinhas repetidas, mas não fazendo trocas com ninguém. A terceira é realizando trocas de figurinhas repetidas.

No primeiro cenário, como cada figurinha custa R\$ 1 e são necessárias 980, então o gasto com cards é de R\$ 980. Se conseguir todas as figurinhas sem repetição, o gasto total seria de R\$ 1.004,90 (R\$ 980 de figurinhas mais R\$ 24,90 do álbum). Esse é o valor mínimo para completar a coleção, em um cenário bastante improvável.

Na Copa do Mundo 2022, era preciso investir pelo menos R\$ 548 (R\$ 664,47 em valor corrigido pela inflação). O álbum de brochura custava R\$ 12, e cada figurinha saía por R\$ 0,80 (R\$ 14,57 e R\$ 0,97 corrigidos). Eram necessárias 670 figurinhas.

De 2022 para 2026 a Copa sofreu uma alteração. Em 2022, havia 32 seleções participantes na Copa do Mundo; em 2026, a edição terá 48 equipes - 16 a mais.

Esse aumento colaborou para que o álbum tenha 310 figurinhas a mais. De 2022 para 2026, completar o álbum ficou 51% mais caro, já considerada a inflação, considerando apenas o cenário mais vantajoso. O matemático avalia que completar o álbum sem cromos repetidos é praticamente impossível, por isso é necessário fazer outros cálculos.



Divulgação

Completar o álbum de figurinhas vai custar pelo menos 62% do salário mínimo neste ano

Na segunda situação, é considerado o consumidor que adquire as figurinhas com cromos repetidos, mas que não realiza trocas. Silva explica que, neste caso, é necessário levar em conta uma fórmula de probabilidade que é uma das bases de um conceito matemático chamado de problema do colecionador de cupons.

Silva explica que a fórmula leva em consideração que, quando um comprador adquire um pacote de figurinhas, existem N possibilidades de ele receber uma figurinha repetida. Quanto mais figurinhas são adquiridas, maiores as chances de repetição.

Assim, o matemático diz que é necessário adquirir 7.338 figurinhas, considerando as repetidas, para que o álbum seja completado. Como cada cromo custa R\$ 1, o valor total a ser desembolsado nesse caso é de R\$ 7.362,90 (R\$ 7.338 em cromos somado aos R\$ 24,90 do álbum).

O preço, no entanto, é menor quando a prática da troca de figurinhas entra em cena.

O especialista explica que, para calcular esse cenário, além da variável N, que considera a quantidade de figurinhas repetidas, há outra

variável, chamada M, que representa a quantidade de pessoas envolvidas nas trocas.

Com esses dois fatores, quando apenas duas pessoas estão trocando figurinhas, o valor economizado é de R\$ 2.724. Neste caso, o valor total desembolsado para completar o álbum é de R\$ 4.638,90 (R\$ 4.614 mais os R\$ 24,90 do álbum).

A economia é ainda maior quando mais pessoas entram na equação da troca de figurinhas. Por exemplo, quando são levadas em consideração três pessoas trocando figurinhas, o valor total é de R\$ 3.730,90 (R\$ 3.706 mais R\$ 24,90 do livro). A economia, neste caso, chega a R\$ 3.632.

Com dez pessoas realizando a troca, o valor para completar é de R\$ 2.459,90 (R\$ 2.435 mais R\$ 24,90). A economia nesse caso é de R\$ 4.903.

62% do salário mínimo

Um levantamento do economista Bruno Imaizumi, da consultoria 4intelligence, também dá uma dimensão do impacto no bolso do colecionador.

A análise destaca que, em 2026, o valor a

ser gasto para comprar o álbum sem repetições (R\$ 1.004,90), em um cenário perfeito, equivale a 62% (mais da metade) de um salário mínimo (R\$ 1.621).

É um percentual de comprometimento de renda maior do que o registrado em Copas anteriores, quando o número de seleções era menor, o que resultava em menos figurinhas.

Em 2022, a quantia mínima que precisava ser investida na coleção (R\$ 548) correspondia a 45,2% de um salário mínimo (R\$ 1.212), considerando os valores da época, sem o ajuste pela inflação. Pelos cálculos de Imaizumi, essa porcentagem era de 36,4% em 1998 e chegou a baixar a 18,5% em 2014.

Churrasco em dia de jogo

Imaizumi ainda levantou informações sobre a inflação de outros itens que podem ter procura aquecida em períodos de Copa, como carnes e bebidas - insumos para os tradicionais churrascos em dias de jogos. A base desses dados é o IPCA, o índice oficial de preços do Brasil, divulgado pelo IBGE.

Segundo o levantamento, as carnes acumularam inflação de 14,4% desde a última Copa, encerrada em dezembro de 2022. É uma alta inferior aos aumentos da cerveja (17,4%), do suco de frutas (19,3%) e do refrigerante e da água mineral (23,4%) para consumo em casa.

As bebidas também subiram em locais como bares e restaurantes. Enquanto a cerveja fora de casa avançou 18,5%, o refri e a água acumularam aumento de 17,4%. São variações próximas ao IPCA como um todo, que teve alta de 16,5% desde o último evento.

O televisor, por outro lado, acumulou deflação (queda) de 11,9% no mesmo período. A redução, conforme Imaizumi, pode estar associada ao que ele chama de "substituição de tecnologias". Ou seja, a entrada no mercado de novos modelos teria forçado uma baixa nos preços de aparelhos mais antigos de TV, indica o economista.

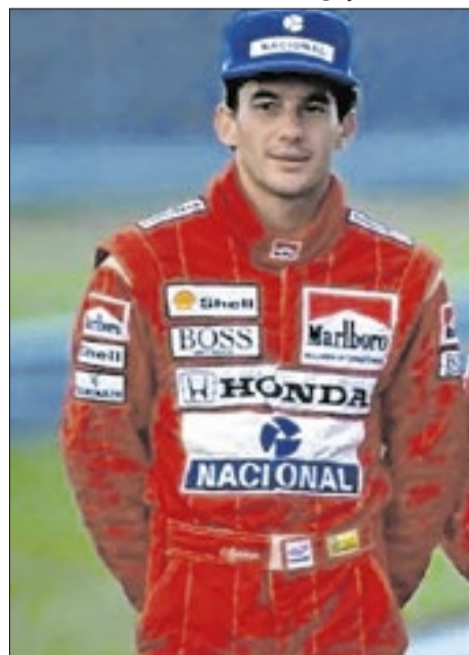
Por Christian Policeno, Leonardo Viceli e Eduardo Sombini (Folhapress)

Boné de banco falido vira item de moda dentre fãs de F1

Divulgação/ McLaren

No universo do marketing esportivo, existem logotipos que desaparecem com o fim dos contratos e outros que se tornam parte da pele do atleta. O caso do Banco Nacional e Ayrton Senna desafia a lógica econômica: como uma marca vinculada a uma das maiores fraudes bancárias da história do Brasil conseguiu se manter como um dos símbolos mais afetivos do automobilismo, trinta anos após a morte de seu principal embaixador?

A história dessa simbiose começou em 1984. Enquanto o mercado financeiro via a Fórmula 1 como um reduto de luxo europeu, o Banco Nacional, sob a visão de Marcos Magalhães Pinto, apostou em um jovem paulistano que estreava pela modesta Toleman. Foi um "casamento" que durou até o último segundo de vida de Senna. A fidelidade do piloto era folclórica: mesmo assediado por potências bancárias globais conforme acumulava títulos, Ayrton mantinha o logo azul



Legado de Ayrton Senna eternizou o acessório do Banco Nacional

e branco em seu boné. Para ele, o Nacional não era apenas um patrocinador, mas quem "estendeu a mão quando ninguém sabia quem era o Beco".

O boné azul tornou-se a moldura oficial do rosto de Senna. Nas manhãs de domingo, o Brasil não via apenas um piloto; via uma marca que se fundia ao hino da vitória. O Nacional, que já era gigante por patrocinar o Jornal Nacional e grandes clubes de futebol, atingiu um patamar de onipresença.

Contudo, o castelo de cartas desmoronou em 1995. Pouco mais de um ano após o trágico 1º de maio em Ímola, o Banco Central decretou intervenção no Nacional. O que se seguiu foi o desvelar de um rombo bilionário, estimado em bilhões de dólares à época, ocultado por uma contabilidade criativa que sustentava centenas de contas fictícias. O banco faliu, foi absorvido pelo Unibanco e seus ativos sumiram das avenidas.

Porém, o que deveria ser o fim da marca foi o início de sua mitificação. Por uma cláusula contratual e o desejo da família Senna, o licenciamento do "boné do Nacional" permaneceu ativo. O objeto deixou de ser um produto bancário para se tornar um item de resistência emocional. Hoje, o lucro das vendas é revertido para o Instituto Ayrton Senna, transformando o que outrora foi um símbolo de um sistema financeiro colapsado em combustível para a educação de milhares de crianças.

Para o fã que usa o boné azul hoje, o logo não remete a agências, talões de cheque ou crises fiscais. Remete ao braço erguido com a bandeira brasileira e à gratidão de um ídolo que nunca trocou de lado. O Banco Nacional faliu, mas a marca Nacional de Senna permanece viva.

Por Felipe Branco Cruz (Folhapress)

CORREIO FLUMINENSE

Alexandre Macieira | Riotur



Rio vive um bom momento na economia e no turismo

Feriados impulsionam turismo e elevam consumo no estado

Os feriados de Tiradentes, na última terça-feira (21), e de São Jorge, nesta quinta-feira (23), impulsionam o turismo e aquecem a economia em todo o Estado do Rio. O aumento no fluxo de visitantes vem consolidando um cenário positivo para o setor de lazer. Dados da Abrasel-RJ indicam crescimento entre 25% e 30% no consumo em bares e restaurantes ao longo da semana. Já um levantamento da HotéisRIO e da ABIH-RJ aponta taxa média de ocupação hoteleira de 61,84% na capital e 77,43% no interior. A perspectiva favorável é reforçada pelo aumento do fluxo turístico: apenas em março, o estado recebeu 284.626 visitantes internacionais, alta de 17,71% em comparação com o mesmo período de 2025.

Aumento na ocupação hoteleira

O bom desempenho é percebido tanto na capital quanto nas cidades do interior, que registram índices expressivos de ocupação. Destinos como Barra do Pirai/Ipiabas (85,10%), Miguel Pereira (84,20%) e Petrópolis (83,20%) estão entre os mais procurados, refletindo a preferência por viagens curtas durante o feriado prolongado.

Divulgação



Seminário será no Casarão do IACS

UFF recebe seminário de roteiros

Entre os dias 27 e 30 de abril, a Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, recebe o Seminário Brasileiro de Estudos de Roteiro, em formato híbrido, com atividades presenciais no Casarão do IACS e participação online. A programação completa e as inscrições estão disponíveis no Instagram @sberroteiro. O evento selecionou 62 trabalhos entre 90 inscritos e reúne pesquisadores, professores, estudantes e profissionais interessados em refletir sobre o campo do roteiro no Brasil.

Discussão sobre o mercado audiovisual

A proposta é discutir práticas e modelos do mercado audiovisual, incentivando narrativas plurais e conectadas ao contexto brasileiro e latino-americano. A programação inclui três mesas temáticas, abordando televisão, inteligência artificial e direitos autorais, além de uma análise dos manuais de roteiro no país.

Professores

A Secretaria de Estado de Educação está com inscrições abertas para contratação de professor temporário. O edital prevê a contratação de 1.750 docentes para 2026 e 2027. Os candidatos ficam em um cadastro de reserva e vão sendo chamados à medida que as vagas forem surgindo, atendendo diversas unidades.

Inscrições

As inscrições devem ser feitas pelo site <https://abre.ai/candidatodocenteficha> até 30 de novembro. No ato, o candidato deverá indicar o tipo de vaga, o município, a regional e a(s) disciplina(s) aos quais pretende concorrer. Elas serão reabertas em 2027, no período de 1º de fevereiro a 30 de novembro.

Contratação

Os professores contratados deverão atuar nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. De acordo com o edital, a contratação será por seleção simplificada, em etapa única, de caráter eliminatório e classificatório, consistente na avaliação de títulos e experiência do candidato.

Vacina da covid

O Estado recebeu, do Governo Federal, 254.004 doses da vacina contra a covid-19. Ofertas pelo SUS, elas são as mais atualizadas contra as cepas em circulação e seguem recomendadas de forma prioritária para os grupos mais vulneráveis. A distribuição das doses às unidades de saúde e a organização da logística são de responsabilidade dos estados e municípios.

Cultura de Niterói

A cidade de Niterói amplia sua presença no cenário nacional das políticas públicas de cultura. A secretária municipal Júlia Pacheco foi nomeada como uma das representantes titulares dos municípios brasileiros na Comissão Intergestores Tripartite do Sistema Nacional de Cultura.

Comissão nacional

Composta por 15 membros titulares e 15 suplentes, sendo cinco representantes do Governo Federal, cinco dos estados e cinco dos municípios, a Comissão atua como instância estratégica de articulação nacional, nos moldes de estruturas já consolidadas em outras áreas das políticas públicas e sociais do Brasil.



Investimento Federal supera R\$ 938,3 milhões no estado

Bolsa Família chega a mais de 1,4 milhão fluminenses

Pagamentos até dia 30, conforme o Número de Identificação Social

Da Redação

Em abril, o programa Bolsa Família atende 1.401.468 famílias distribuídas pelos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Para viabilizar esse alcance, o Governo Federal destina mais de R\$ 938,3 milhões, garantindo um benefício médio de R\$ 671,36 por família. Esse volume de recursos reforça a importância do programa como instrumento de combate à pobreza e promoção da segurança alimentar, além de contribuir para a movimentação da economia local. Os pagamentos seguem até o dia 30, conforme o final do Número de Identificação Social (NIS).

A partir deste mês, oito municípios passam a ter o pagamento unificado: Barra Mansa, Cantagalo, Itaperuna, Nova Iguaçu, Angra dos Reis, Mesquita, Rio das Ostras e São João de Meriti. A medida contempla cidades que enfrentam situações de emergência, como enchentes, inundações ou períodos prolongados de seca, garantindo maior agilidade no repasse dos recursos e apoio mais rápido às famílias afetadas.

Entre os benefícios adicionais retomados desde 2023, destaca-se o Benefício Primeira Infância, que atende 541,1 mil crianças de até seis anos no estado, com um acréscimo de R\$ 150 por criança. Esse repasse representa um investimento de R\$ 77,1 milhões e busca fortalecer o desenvolvi-

mento infantil na primeira infância, etapa considerada essencial para o crescimento saudável.

Além disso, o programa inclui benefícios complementares de R\$ 50 destinados a 35,9 mil gestantes, 16,5 mil nutrízes e cerca de 1 milhão de crianças e adolescentes entre sete e 18 anos, totalizando um investimento superior a R\$ 49,5 milhões, ampliando a proteção social às famílias.

No recorte de públicos prioritários, o Bolsa Família alcança 24,2 mil famílias com pessoas em situação de rua, 491 famílias indígenas, 1,7 mil famílias quilombolas, 99 famílias com crianças em situação de trabalho infantil, 3 mil famílias com pessoas resgatadas de condições análogas à escravidão e 53,9 mil famílias de catadores de materiais recicláveis.

A capital, Rio de Janeiro, concentra o maior número de beneficiários, com 428,6 mil famílias atendidas. Em seguida, destacam-se Nova Iguaçu (117.770), Duque de Caxias (90.198), Belém Roxo (68.254) e São Gonçalo (65.131), evidenciando a concentração populacional nessas regiões.

Entre os municípios com maior valor médio do benefício, Varre-Sai lidera com R\$ 698,67, seguido por Itaguaí (R\$ 696,53), Cordeiro (R\$ 691,41), Cantagalo (R\$ 689,29) e Paty do Alferes (R\$ 689,11), refletindo características específicas de cada localidade fluminense.

CORREIO CARIOCA

Divulgação



RJFW movimentou mais de 100 milhões de reais

Rio Fashion Week termina com números grandiosos

foram percorridos 174 km de passarela ao longo dos 20 desfiles da Rio Fashion Week, realizada entre 14 e 18 de abril, no Pler Mauá, Centro do Rio de Janeiro. Entre a abertura oficial do evento no Palácio da Cidade, e o encerramento no Museu do Amanhã, passando pela presença da Misci na Sapucaí, se apresentaram por lá mais de 400 modelos e 1050 looks. Realizado pela IMM, empresa de esportes e entretenimento, o evento contou com 30 marcas patrocinadoras e 60 expositores. Segundo um estudo realizado pelas secretarias municipais de Desenvolvimento Econômico e de Turismo, a semana de moda movimentou cerca de R\$ 100 milhões e gerou aproximadamente 7 mil empregos.

Próxima edição confirmada

O formato de estreia do RJFW amplificou a dimensão das semanas de moda para além dos desfiles: trouxe uma grande exposição sobre a alta costura do carnaval, promoveu festas diárias e recebeu 33 ativações de marca. Com a retomada do protagonismo no calendário da moda nacional, o projeto já tem a sua segunda edição confirmada, que acontecerá em meados de abril de 2027, novamente com apresentação da Prefeitura do Rio.

Divulgação



Exposição de arte têxtil ocupa Biblioteca Estadual

Exposição Biblioteca Parque Estadual

No dia 22 de abril, data historicamente associada ao chamado "descobrimento" do Brasil, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro lançou a exposição "AUTOMATA", na Biblioteca Parque Estadual do Centro do Rio. A mostra têxtil convida o público a revisitar a memória a partir de outras narrativas: a ancestralidade e a resistência dos povos originários. A mostra fica até 29 de maio, de segunda a sexta, das 10h às 17h. A entrada é gratuita e todas as obras contam com o serviço de audiodescrição.

O Brasil em arte têxtil

A exposição é composta por 30 obras, divididas em duas séries. A primeira reúne bordados livres que apresentam imagens metafóricas ligadas às memórias familiares da artista Aline Bagre e à ancestralidade Goytacá. Já a segunda série é fruto da colaboração com o artista Anthony Brito, que revela pequenas narrativas visuais que se desdobram no tempo.

Exemplo

O prefeito Eduardo Cavaliere pode ser o primeiro a seguir a diretriz do desembargador Ricardo Couto e limitar o número de cargos comissionados em secretarias. Na última semana, nas redes sociais, ele divulgou que pretende enviar à Câmara Municipal um projeto de lei que limita a 5% do número total de servidores ativos nos quadros do Município.

Servidores

Segundo Cavaliere, essa medida reforça o compromisso legal da gestão eleita em 2024, de responsabilidade fiscal e valorização dos servidores efetivos, que são a ampla maioria do serviço público municipal, inclusive nas funções de chefia e confiança.

Preconceito

Em vídeo publicado nas redes sociais, uma mulher trans, identificada como Roberta, acusa a atriz Cássia Kis de ter tentado impedi-la de usar o banheiro feminino em um shopping na Zona Sudoeste do Rio. Roberta diz ter sido vítima de transfobia e se sentiu sentido constrangida.

Transfobia

Segundo Roberta, a atriz teria falado que "o Brasil estava perdido porque tinha 'homem' no banheiro, que não tinha que não tinha uma placa ali autorizando minha entrada". Ela pretende buscar medidas legais ao caso. Cássia Kis já tem outros processos na justiça por preconceito à pessoas trans.

Faleceu José Frejat

Morreu no último sábado (25), aos 102 anos, o ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro José Frejat, pai do cantor Roberto Frejat. A informação foi confirmada pela equipe do líder da banda Barão Vermelho, mas a causa da morte não foi divulgada. Nem o nome do hospital onde o político estava internado nem a cidade onde se localiza foram informados.

Opositor à ditadura

José Frejat fez oposição ao regime militar. Durante o processo de redemocratização, na Câmara dos Deputados, votou a favor da Emenda Dante de Oliveira, que defendia eleições diretas para presidente da República.



Prefeito Eduardo Cavaliere apresenta Rio Rotativo Digital

Prefeitura cria sistema Rio Rotativo Digital

Rio apresenta modernização na cobrança dos estacionamentos

Por Clara Santa Rosa

O prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, e o secretário municipal de Transportes, Jorge Arraes, apresentaram, na última sexta-feira (24), no IMPA Tech, no Porto Maravilha, o novo sistema de cobrança de estacionamento da cidade: o Rio Rotativo Digital. A iniciativa moderniza o modelo de estacionamento rotativo no município e passa a operar de forma totalmente digital por meio do aplicativo Jaé.

Com o novo sistema, deixam de existir os talões de papel e a cobrança irregular nas vagas de estacionamento rotativo. A proposta garante mais controle, praticidade e transparência para motoristas e para a fiscalização, além de ampliar a segurança no processo de cobrança.

"O Rio Rotativo Digital é a bilhetagem eletrônica nos estacionamentos públicos da cidade. São 37 mil vagas cadastradas. Tudo digital, seguro e transparente. O guardador estará orientado a não cobrar dos motoristas. Todo o processo será realizado pelo aplicativo", afirmou Cavaliere.

O funcionamento será simples: ao estacionar em uma vaga sinalizada, o motorista acessa o aplicativo Jaé, seleciona a opção Rio Rotativo, confirma o endereço identificado automaticamente pelo GPS, insere a placa e define o tempo de permanência.

O pagamento é feito com créditos da carteira do aplicativo, adquiridos via Pix ou cartão de crédito.

"Tudo funcionará no aplicativo. O motorista poderá usar o crédito que já tem de transporte para pagar o estacionamento ou adicionar um crédito específico para isso", explicou Jorge Arraes.

A tarifa permanece sem reajuste: o valor será de R\$ 2 por até duas horas de permanência, com possibilidade de renovação até o limite máximo de seis horas.

O novo modelo também cria a função de agente de verificação, profissional formalizado por meio de associação de guardadores de carro, responsável por conferir se a tarifa foi devidamente paga. A checagem será realizada por meio de um aplicativo específico, seguro e capaz de validar, inclusive por foto, a regularidade da ocupação da vaga.

O sistema Jaé será responsável por processar pagamentos, validar o tempo de permanência, cruzar dados das placas dos veículos, identificar irregularidades e disparar notificações aos usuários. O cronograma prevê, em junho, o início do credenciamento e treinamento dos agentes de verificação. Entre junho e julho, a secretaria Municipal de Transportes realizará os testes do sistema. Já a partir de agosto está previsto, de forma gradativa, o início da operação para o público.

Força de Elite da Guarda Municipal agora na Tijuca

Bairro é mais um a receber os agentes armados de segurança

O prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, e o secretário de Segurança Urbana, Brenno Carnevale, participaram, neste sábado (25), de encontro com empresários, comerciantes e síndicos da Tijuca para apresentar os objetivos da Força Municipal nas regiões de São Francisco Xavier e Afonso Pena. A atuação começa neste domingo (26) na região.

“Metade dos crimes de roubos e furtos da cidade se concentram em cinco por cento do território da cidade. A gente listou esses segmentos de rua, de esquina, às vezes um ponto de ônibus específico, onde se concentra metade desses crimes e montamos um mapa com as ruas onde tem o maior concentração desses crimes na Tijuca. Então a lógica do policiamento que será feito aqui é orientada cem por cento à hora e ao lugar exato onde acontece o problema. Então o que a gente espera é que esse tipo de crime reduza muito a partir de estratégia e planejamento”, afirmou o prefeito.

A Divisão de Elite da GM-Rio - Força Municipal chega à Zona Norte iniciando a nova etapa de expansão do policiamento preventivo e ostensivo na cidade. A atuação abrange o perímetro que inclui a Rua São Francisco Xavier e a Praça Afonso Pena, seguindo o modelo de atuação baseado na análise de manchas criminais, com o efetivo posicionado nos horários e locais com grande incidência de roubos e furtos.



Fábio Motta

Equipe da Prefeitura em reunião com moradores, explicando a área de atuação dos agentes

“Hoje a gente conversa com os comerciantes, empresários, síndicos aqui dessa região da Tijuca justamente para apresentar a Força Municipal, que desde o dia 15 de março já está atuando em outras áreas da cidade, e mostrar pra população como vai funcionar o trabalho aqui na Tijuca com muito monitoramento, muita gestão, muito trabalho, os agentes proativos nas ruas, prestando atenção no terreno, fazendo abordagens preventivas para garantir segurança e direito de vir para a população especialmente da Tijuca”, disse o secretário Brenno Carnevale.

“A expectativa da população é muito grande porque é mais uma força de segurança que vai atuar na região. Essa atuação na

verdade da força municipal é muito bem-vinda. E é interessante inclusive o uniforme desse servidor que chama a atenção, isso pra população é uma referência também. A gente está com uma expectativa muito grande”, disse João Alberto Britto, presidente da Associação Empresarial de Moradores Nova Tijuca e do Conselho Comunitário de Segurança da Grande Tijuca.

Desde o início das atividades, em 15 de março, às ações da Força Municipal vêm sendo realizadas de forma faseada. Na primeira etapa, os agentes passaram a atuar na região central da cidade, no perímetro que abrange a Rodoviária do Rio, o Terminal Gentileza e a Estação Leopoldi-

na, além do entorno do Jardim de Alah, na Zona Sul.

Em seguida, o policiamento foi ampliado para a área que compreende a Avenida Presidente Vargas, o Campo de Santana, a Central do Brasil e a Cinelândia, além de chegar à Zona Oeste, em Campo Grande, na região entre o calçadão e a estação de trem do bairro.

A definição das áreas de atuação segue critérios técnicos, com base na análise de manchas criminais e dados estatísticos. Além dessas áreas, a expansão do policiamento continuará sendo realizada de forma faseada, com mais 17 perímetros a serem incorporados, seguindo uma ordem que será estabelecida com base na análise de dados e anunciada nas reuniões do CompStat Rio.

Polícia do Rio prende belga por tortura e extorsão

Um turista belga foi preso na madrugada de sexta-feira (24), no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, sob a suspeita de torturar e extorquir outro estrangeiro, um canadense, durante dois dias.

A prisão, realizada por policiais civis da Delegacia Especial de Apoio ao Turismo, com apoio da Polícia Federal, impediu a fuga do turista.

Segundo as investigações, o homem manteve a vítima em cárcere privado em um apartamento no centro do Rio. Durante dois dias, ele teria exigido o pagamento de US\$ 5 mil e submetido o canadense a atos de violência.

Além de ameaças, o suspeito teria usado uma faca para torturar e chegou ao ponto de quase amputar um dos dedos da vítima. Ferido, o canadense conseguiu fugir e procurou atendimento médico.

As ameaças continuaram no hospital, por meio de mensagens que exigiam dinheiro. De acordo com a polícia, o canadense começou a ser extorquido antes de chegar ao Brasil, tendo pago US\$ 35 mil ao turista belga. A ligação entre os dois não foi explicada.

O suspeito, segundo as investigações, tem histórico criminal em seu país de origem.

O belga foi preso no momento em que tentava embarcar para a Colômbia. Ele foi autuado em flagrante pelos crimes de extorsão e tortura.

Prefeitura anuncia obras de urbanização na região do Horto

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Cavaliere, anunciou, neste sábado (25), as obras de urbanização na região do Horto, na Zona Sul, com intervenções previstas para o Largo das Pedras e o Grotão. O projeto foi desenvolvido pela Empresa Municipal de Urbanização e as obras ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura. O objetivo é requalificar o espaço urbano, melhorar a infraestrutura local e ampliar as áreas de convivência para moradores e visitantes. O investimento estimado é de aproximadamente R\$ 8,9 milhões.

“A gente assumiu uma série

de compromissos com o Governo Federal para isso aqui ser possível. Então vamos fazer aqui o primeiro Bairro Maravilha Verde, e fazer desse projeto aqui no Horto um projeto de referência de sustentabilidade dentro da Prefeitura do Rio. Todos os materiais utilizados no projeto serão especiais”, disse o prefeito.

A proposta prevê a implantação de pavimentação com blocos intertravados drenantes, que permitem maior absorção da água da chuva pelo solo, contribuindo para reduzir pontos de acúmulo e melhorar o escoamento. Além disso, o projeto valoriza soluções



Fábio Motta

Cavaliere com moradores da região falando sobre as obras

baseadas na natureza, integrando o ambiente urbano às características locais.

“Esse é um dos primeiros projetos que fazemos utilizando o pavimento permeável, para que a gente possa absorver essas águas e não ter o asfalto tradicional, atendendo a um pedido dos moradores. Vamos fazer a rede de

drenagem, vamos recuperar a rede de água e também o esgotamento sanitário”, afirmou o secretário de Infraestrutura Wanderson Santos.

No Largo das Pedras, as obras vão transformar o espaço em uma área mais organizada e convidativa, com a criação de uma praça equipada com pergolado, bancos e áreas de permanência, além de

parquinho infantil, redário e espaços voltados à convivência e à leitura. A circulação de pedestres também será requalificada, garantindo mais conforto e segurança no dia a dia. As intervenções vão beneficiar diretamente as ruas Liberato Barroso, Mateus Vicente e Nelson Tinoco, além da Ladeira das Margaridas.

Já no Grotão, a proposta amplia as opções de lazer e esporte, com a implantação de campo de futebol, mini quadra poliesportiva, áreas fitness e infantis. Também estão previstos espaços de convivência distribuídos ao longo da área, incentivando o uso coletivo e a ocupação qualificada do território. As obras estarão concentradas ao longo da Estrada do Grotão, principal eixo da área. A Prefeitura trabalha com a previsão de que o processo licitatório para a execução das obras seja realizado ainda este ano.

PETROPOLITANAS

Gabriel Rattes/CM



Mais uma vez o município não conseguiu atuar sozinho

Judiciário é novamente acionado em meio à crise

Mais uma vez, foi necessária a intervenção da Justiça para que o transporte público de Petrópolis voltasse a funcionar, neste caso, literalmente. A decisão reforça o protagonismo do Judiciário e evidencia a recorrente necessidade de sua atuação no município. Embora a cidade tenha um prefeito, o cenário atual permite uma comparação com situações excepcionais, como no Governo do Estado do Rio, quando o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro assumiu interinamente o Executivo. A analogia surge diante da incapacidade dos órgãos responsáveis de resolver a crise de forma autônoma. Isso porque a CPTrans não conseguiu intervir com efetividade para garantir a retomada da operação dos ônibus.

Faltou efetividade da CPTrans

Isso porque a CPTrans não conseguiu intervir com efetividade para garantir a retomada da operação dos ônibus. Diante desse quadro, foi necessária, mais uma vez, a atuação do Judiciário para assegurar o funcionamento de um serviço essencial. Cabe ressaltar que, a decisão de reajuste no valor dos ônibus, a caducidade da Cascatinha e Petro Ita, também necessitaram da Justiça atuando na pauta do transporte público do município.

Ascom/CMPT



Pedido de apuração foi enviado por Sampaio ao MPT

Representação no MPT

Enquanto a operação do transporte público não é totalmente retomada, o vereador Octavio Sampaio enviou uma representação ao Ministério Público do Trabalho (MPT), solicitando a abertura de um inquérito civil contra a empresa Turp. O pedido tem como base as irregularidades relatadas pelos trabalhadores. De acordo com o parlamentar, o não repasse de valores descontados para pensão alimentícia pode resultar em prisão indevida dos funcionários, já que o desconto é feito em folha, mas, segundo as denúncias, não estaria sendo encaminhado às beneficiárias.

Fim do prazo de inscrição na Unifase

Os estudantes interessados em ingressar no curso de Medicina da UNIFASE/FMP utilizando a nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) devem ficar atentos ao calendário: o prazo para manifestar interesse termina no dia 27 de abril. O processo seletivo é voltado para o ingresso no segundo semestre deste ano. As inscrições devem ser realizadas pelo site <https://www.unifase-rj.edu.br>.

Caminhada

A 13ª Caminhada Azul de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi realizada neste domingo (26), no Centro de Petrópolis. Promovido pelo Grupo Amigos do Autista de Petrópolis (GAAPE) em parceria com a Prefeitura de Petrópolis, o evento mobilizou famílias e instituições em apoio à causa.

Visibilidade

A caminhada teve início na Praça Dom Pedro e seguiu até o Palácio de Cristal. O movimento de visibilidade e inclusão contou com o apoio da Prefeitura de Petrópolis, por meio das secretarias de Saúde, Assistência Social, Educação e da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Doenças Raras.

Inclusão

Para a fundadora do GAAPE, Márcia Loureiro, a caminhada representa a união de toda a rede de apoio à causa. "Esse é um movimento legítimo da causa Azul em Petrópolis. São 26 anos de luta e conquistas, e é muito significativo estarmos aqui mais uma vez, dando visibilidade ao autismo e celebrando essa trajetória", afirmou.

Saúde I

Um trabalho desenvolvido pela rede pública de saúde de Petrópolis foi selecionado para a 6ª Mostra Estadual de Práticas de Saúde do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS-RJ). A iniciativa foi apresentada por meio da plataforma IdeiaSUS-Fiocruz, espaço que reúne experiências bem-sucedidas desenvolvidas por unidades do SUS no país.

Saúde II

"Áreas técnicas de saúde em Petrópolis/RJ: fortalecendo e inovando as políticas públicas de saúde" destaca o papel das áreas técnicas na construção de políticas públicas mais integradas, resolutivas e alinhadas às necessidades da população. A iniciativa foi da coordenadora das Áreas Técnicas, Maria Eduarda da Silva Possato.

Saúde III

O trabalho desenvolvido em Petrópolis recebeu nota máxima e ficou entre os 24 selecionados para apresentação, evidenciando o reconhecimento das ações desenvolvidas no município. Ao todo, foram inscritos 178 trabalhos de diferentes cidades do Estado do Rio de Janeiro. A apresentação acontecerá na terça-feira (28



Setranspetro alega ameaças e manifestações

Operação segue irregular, mesmo com decisão

Paralisação chega ao quinto dia e impacta os petropolitanos

Por Richard Stoltzenburg

Mesmo após decisão judicial que determinou a circulação mínima da frota, o transporte público continua irregular no município. No último domingo (26), apenas 16 linhas da empresa iniciaram operação, bem abaixo do exigido pela Justiça.

A determinação, assinada pelo juiz de plantão Márcio Olmo Cardoso na sexta-feira (24), obriga a circulação de pelo menos 80% da frota nos horários de pico (das 6h às 9h e das 17h às 20h) e 60% nos demais períodos. O descumprimento pode gerar multa diária de R\$ 50 mil.

A paralisação começou após funcionários denunciarem falta de pagamentos e descumprimento de direitos trabalhistas. Entre os problemas apontados estão: ausência de depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), atrasos no pagamento de férias, do adiantamento salarial e do vale-refeição. O adiantamento salarial e o vale-refeição foram pagos na sexta-feira (24).

Os rodoviários também afirmam que valores descontados para pensão alimentícia não estariam sendo repassados às beneficiárias. Outro ponto envolve o chamado "crédito do trabalhador" (empréstimo consignado, com desconto direto em folha): segundo os funcionários, os valores estariam sendo descontados, mas não repassados às instituições financeiras, o que tem gerado cobranças duplicadas aos trabalhadores.

De acordo com a decisão judicial, a paralisação da frota operada pela empresa TURP Transporte Urbano S/A ocorreu sem aviso prévio mínimo de 72 horas e sem a manutenção de um percentual mínimo de veículos em circulação, o que contraria a legislação sobre greve em serviços essenciais. A decisão também proíbe o sindicato de realizar ações que impeçam a circulação dos ônibus, como bloqueios de garagens ou vias.

Manifestações

Segundo o Setranspetro, a operação não foi normalizada devido às manifestações que estariam impedindo a circulação dos ônibus. A entidade cita ainda relatos de hostilidade e ameaças contra rodoviários, inclusive em bairros.

A empresa informou que, no domingo (26), organizou apoio com a CPTrans e a Polícia Militar para garantir condições de retorno dos profissionais ao trabalho, diante dos protestos.

A decisão prevê multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento, tanto para o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Petrópolis quanto para a empresa responsável. Na ação, o município argumenta que a paralisação afeta milhares de moradores, principalmente em distritos como Itaipava e Posse, prejudicando o acesso ao trabalho, à saúde e à educação.

Questionado sobre as pendências apontadas pelos rodoviários, o Setranspetro não se pronunciou.

CORREIO SERRANO

Divulgação



A escritura pública e o RGI (Registro Geral de Imóveis)

Ação de regularização fundiária garante escrituras em Paraíba

A escritura pública e o Registro Geral de Imóveis (RGI) passam a garantir segurança jurídica, dignidade e o direito pleno à propriedade para moradores contemplados por um programa de regularização fundiária no município de Paraíba do Sul. A iniciativa é realizada em parceria com o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e é considerada a maior ação do tipo já promovida na cidade. O projeto teve início no âmbito do Governo do Estado e agora avança com a entrega da documentação definitiva. O primeiro bairro atendido será o Liberdade. Moradores do loteamento Luís Carlos Prestes começam a receber as escrituras, garantindo a posse legal dos imóveis, além de direitos sucessórios.

Formação de educadores

A Secretaria Municipal de Educação de Cantagalo realizou a formação do Projeto de Educação Sanitária nas Escolas, em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura, voltada aos professores das turmas do 5º ano do Ensino Fundamental I. A iniciativa, reforça o compromisso com uma educação que vai além da sala de aula, preparando educadores para atuarem como multiplicadores de conhecimentos essenciais sobre saúde pública.

Ascom/PMT



Não haverá ponto facultativo para algumas secretarias

Edital em Terê

A Prefeitura de Teresópolis publicou um edital de chamamento público para selecionar projetos sociais que serão financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA). A iniciativa é coordenada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). O objetivo é apoiar ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil (OSCs) que atuem na promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Eixos temáticos

A Prefeitura detalhou os eixos temáticos que irão orientar a seleção de projetos. São eles: assistência social, educação, esporte e lazer, trabalho, cultura e fortalecimento de ações à primeira infância. A definição dos eixos busca garantir que os recursos sejam aplicados em áreas estratégicas, ampliando o impacto social das iniciativas desenvolvidas no município.

Encontro

O deputado federal licenciado, Vinicius Farah, juntamente com o partido União Brasil, realizarão nesta segunda-feira (27), um alinhamento para a campanha e desenvolvimento da região centro-sul fluminense. O encontro está marcado na cidade de Três Rios, onde Vinicius foi prefeito por dois mandatos.

Mudança

Uma nova legislação sancionada em Três Rios passa a exigir a instalação de placas de identificação em obras particulares realizadas no município. A medida está prevista na Lei nº 5.387, de 14 de abril de 2026, aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Jonas Dico.

Regras

De acordo com o texto, todas as obras privadas deverão exibir placas informativas em local visível ao público. O objetivo é garantir mais transparência sobre as construções em andamento na cidade. As placas deverão seguir modelos padronizados definidos pela regulamentação da lei.

Limites

A legislação estabelece critérios técnicos para a fixação das placas. Entre eles: dimensões mínimas de 1 metro por 1 metro e máximas de até 2 metros de altura; possibilidade de ampliação horizontal conforme o tamanho da obra; fixação em tapumes, muros ou cavaletes; posicionamento alinhado e com altura adequada para garantir visibilidade.

Ao MP

O vereador de Nova Friburgo Cláudio Damião (PT), encaminhou uma representação ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, solicitando apuração de um edital. O documento prevê a contratação de uma empresa para troca de lâmpadas no município. O que chama a atenção, é o valor do contrato: R\$ 165 milhões.

Curso

A Prefeitura de Areal abriu inscrições para o Curso de Garçom, uma formação completa para quem deseja ingressar ou se aperfeiçoar no mercado de trabalho. A capacitação será de 10 encontros e serão realizados no CIAFETE, às 19h. As inscrições devem ser realizadas na Secretário do Turismo.



Edital também estabelece padrões para a operação do serviço

Cantagalo abre licitação para tarifa zero no município

Edital aponta que passagem será subsidiada pelo Executivo

Por Leandra Lima

A Prefeitura de Cantagalo abriu licitação para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, abrangendo áreas urbanas e rurais, sob o regime de "tarifa zero", ou seja, sem custos para os usuários. O certame, avaliado em R\$ 16.769.619,13, está previsto para o dia 30 de abril e considera a execução do serviço ao longo de cinco anos.

O custo da operação será do Executivo, que irá subsidiar integralmente a operação com base no quilômetro rodado. O valor máximo aceitável para a contratação é de R\$ 8,78 por quilômetro. Segundo a Prefeitura, para 2025 foi adotada uma projeção de aumento de 20% nas linhas e no número de passageiros, estimando cerca de 33.948 usuários mensais.

Exigências

A empresa vencedora terá que cumprir uma série de especificações, incluindo a operação, manutenção e gestão do sistema de transporte coletivo. Entre os principais pontos estão:

Frota: disponibilização mínima de cinco veículos, sendo quatro ônibus urbanos e um micro-ônibus para área rural, além de um veículo reserva. Os modelos devem ser a partir de 2024.

Tecnologia: veículos equipados com ar-condicionado, acessibilidade (elevador), sistema de telemetria e câmeras de segurança;

Infraestrutura: manutenção de garagem e apoio operacional

em um raio máximo de 60 km do centro do município.

De acordo com o edital, a proposta busca reduzir desigualdades sociais, incentivar o uso do transporte coletivo em substituição ao individual e contribuir para a sustentabilidade ambiental.

A operação seguirá rotas, itinerários e horários definidos pelo município, podendo haver ajustes conforme o planejamento e a fiscalização da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito. O contrato terá vigência inicial de cinco anos, com possibilidade de prorrogação até o limite de 10 anos.

Qualidade dos veículos

O edital estabelece que os veículos deverão ser padronizados com identidade visual definida pelo município, incluindo o brasão oficial e a identificação de transporte gratuito.

Todos deverão contar com pelo menos duas portas, sendo uma com acessibilidade, além de tacógrafo digital regularizado e equipamentos de segurança conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A empresa contratada será responsável pela manutenção completa da frota, incluindo limpeza, abastecimento e conservação. Em caso de falhas, reparos simples deverão ser realizados em até uma hora. Já em situações mais graves, a substituição do veículo deverá ocorrer em até duas horas. Caso um veículo seja retirado definitivamente de circulação, a empresa deverá solicitar a baixa em até cinco dias úteis e apresentar um plano de substituição.

CORREIO DO VALE

Divulgação/Jari Oliveira



Deputado estadual cobra esclarecimentos e regularização

Jari aciona Estado sobre atraso salarial no Hospital Regional

O deputado estadual Jari Oliveira (PSB) acionou, por meio de ofício, o governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto, cobrando providências urgentes diante do atraso no pagamento de profissionais que atuam no Hospital Regional Zilda Arns, em Volta Redonda. De acordo com relatos recebidos pelo mandato, médicos, dentistas, nutricionistas e outros profissionais contratados por meio de Pessoa Jurídica (PJ) estão com salários atrasados há meses. Os médicos estão prestes a completar, ao fim de abril, cerca de quatro meses sem pagamento. Já os dentistas acumulam quase três meses de atraso.

Esclarecimentos

“Os dentistas, por exemplo, ficaram sem receber um mês de salário quando o vínculo ainda era com a Organização Social IDEAS, responsável pela gestão do hospital. Agora, já contratados por meio da Fundação Saúde, estão prestes a completar dois meses sem pagamento. Isso é um absurdo”, afirmou o deputado. No documento, Jari Oliveira solicita esclarecimentos sobre os atrasos e a adoção de medidas imediatas para regularizar os pagamentos.

HenriqueBarraMansa, CC BY-SA 3.0 via Wikimedia Commons



Negociação inicia faltando apenas 4 dias para data-base

Sindicato se reunirá com a CSN

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Odair Mariano, confirmou que nesta segunda-feira (27) será discutida a pauta da Campanha Salarial 2026 com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O encontro de negociação acontece faltando apenas 4 dias para o prazo final da data-base, firmada em 1º de maio, e após uma semana de mobilização diária da entidade em frente a Usina Presidente Vargas (UPV). “Esse é resultado do nosso compromisso com os trabalhadores. Esperamos que seja o início de uma negociação séria”, disse.

Turno de 12 horas

Uma das propostas incluídas é a mudança para o turno de 12 horas, que inclusive, recebeu diversas críticas dos operários. Na última semana, Odair explicou nas redes sociais que o formato não seria aplicado para todas as áreas da siderúrgica. “A proposta atende apenas alguns setores específicos e surgiu a partir de um pedido dos próprios trabalhadores dessas áreas”, apontou.

POR
REDAÇÃO

Agenda

O pré-candidato ao governo do Estado, Eduardo Paes, intensificou sua agenda política no Sul Fluminense ao longo do mês de abril, em um movimento que busca ampliar sua base de sustentação fora da capital. Na quarta-feira (22), Paes esteve em Barra do Piraí e deve seguir, nos próximos dias, para outras cidades.

Outras cidades

A agenda do pré-candidato deve seguir para Barra Mansa, Volta Redonda e Rio Claro. O roteiro inclui reuniões com lideranças partidárias, com destaque para quadros do PSD, além de encontros com prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de outras siglas. Paes estaria em aposta de uma política descentralizada.

Fortalecimento

Nesse contexto, o presidente do diretório municipal de Barra Mansa, Leo Santos, afirmou que estão “trabalhando para fortalecer o projeto em toda a região”. Marcelo Cabeleireiro, pré-candidato a uma cadeira na Alerj, também declarou que quer somar forças e garantir que o protagonismo do Sul Fluminense.

Nova lei

Uma nova lei em Resende vai permitir que remédios sejam entregues nas residências dos participantes do programa Tratamento Fora do Domicílio (TFD). De autoria do presidente Sandro Ritton (PP), a diretriz autoriza o governo municipal a instituir o serviço, que poderá ser prestado mediante manifestação de interesse do paciente.

Comodidade

Segundo o parlamentar, a medida vai dar mais comodidade ao público atendido e tornar o TFD mais eficiente. Ele argumenta que boa parte dos pacientes inscritos no programa enfrenta longos trajetos, desconforto e cansaço apenas para retirar os medicamentos prescritos nos centros de referência.

Reduzir desgaste

“A ideia é evitar o deslocamento de pacientes de Resende por meio do TFD apenas para a retirada de medicamentos. Assim, vamos reduzir o desgaste físico dessas pessoas e racionalizar o uso dos recursos públicos, reservando o programa apenas para o atendimento médico”, explicou o vereador.



Assinatura aconteceu durante evento na sexta-feira (24)

BP: Acordo pode garantir retirada de linha férrea

Termo assinado vai viabilizar estudos para um novo contorno

Da Redação

Ao lado do ministro dos Transportes, George Santoro, a prefeita de Barra do Piraí, Kátia Miki, inaugurou o novo Complexo Viário do município, em parceria com a MRS Logística. Durante a cerimônia, outro anúncio importante também foi feito: a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério dos Transportes para a realização de estudos que viabilizem a retirada da linha férrea do centro da cidade e a construção de um novo contorno ferroviário.

A iniciativa, segundo o governo municipal, representa um marco para a mobilidade urbana e para o desenvolvimento regional, com potencial de integrar os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, fortalecendo a logística e recolocando o estado no centro do desenvolvimento econômico nacional.

- Esse é um projeto estratégico que vai transformar a nossa região, conectando importantes estados e colocando o Rio de Janeiro novamente em posição de destaque no cenário econômico do país - destacou Katia Miki.

Além do impacto econômico, a proposta também traz benefícios diretos à segurança da população. “Estamos falando de mais segurança, com a redução dos conflitos entre a ferrovia e a área urbana, evitando acidentes e preservando vidas”, completou a prefeita.

O avanço é resultado do diálogo constante da prefeita com o Governo Federal, buscando soluções que beneficiem não apenas Barra do Piraí, mas todo o Sul Fluminense, como também ocorre nas articulações pela recuperação da BR-393. “Barra do Piraí está olhando para o futuro, com planejamento e responsabilidade. Quando nossa cidade cresce, toda a região cresce junto”, afirmou.

Katia Miki também agradeceu ao ministro George Santoro pelo apoio e parceria.

- Meu agradecimento ao ministro, que tem sido fundamental para que projetos importantes como esse avancem. Sua contribuição ficará marcada no desenvolvimento da nossa cidade, do estado e do país - concluiu.

Outros investimentos

Também presente no evento, o deputado federal Lindbergh Farias aproveitou o evento para anunciar novos investimentos em Barra do Piraí. Ele informou que o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destinará R\$ 14 milhões para a Santa Casa com o objetivo de zerar a fila de cirurgias de catarata na cidade.

Lindbergh também se comprometeu a liberar verbas de emendas parlamentares para a construção da Casa do Autismo no bairro Califórnia, demanda antiga das famílias com pessoas neurodivergentes.

Fiscalização apreende 17 pássaros silvestres em VR

Proprietário da casa onde estavam aves e gaiolas foi multado

Cris Oliveira/PMVR

Foi realizada nesta sexta-feira (24), uma fiscalização de maus-tratos contra animais com auxílio de drone, para identificar possíveis irregularidades apontadas por denúncias de moradores de Volta Redonda. Durante a ação, que foi realizada pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Animal (SMPDA) com apoio da Guarda Municipal (GMVR), foram apreendidos 17 pássaros silvestres mantidos ilegalmente em gaiolas em uma residência no bairro Santo Agostinho.

Dentre as espécies apreendidas, estavam Bigodinho (*Sporophila lineola*), Pássaro-preto (*Gnorimopsar chopi*), Trinca-ferro (*Saltator similis*), Azulão (*Cyanocopsa brissonii*), Coleiro (*Sporophila caerulea*), Bicudo (*Oryzoborus maximiliani*), Chorão (*Sporophila leucoptera*), Curió (*Oryzoborus angolensis*), e Canário-da-Terra (*Sicalis flaveola*).

—Também encontramos gaiolas vazias no imóvel. As aves apreendidas serão encaminhadas ao Cetas (Centro de Triagem de Animais Silvestres), em Seropédica, onde será feita a triagem dos animais. Os que tiverem condições de retornar à natureza serão devolvidos, e os que não tiverem ficam sob os cuidados do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) - explicou a chefe de fiscalização da SMPDA, Ana Cléa Fontes, acrescentando



Animais foram encontrados em residência no bairro Santo Agostinho

que o proprietário da casa onde estavam as aves fez a entrega voluntária e foi multado pela irregularidade.

Com base em denúncias da população, a operação chegou a buscar outras irregularidades no Santo Agostinho, Volta Grande e arredores, mas nada foi encontrado. O secretário municipal de Proteção e Defesa Animal, Paulinho AP, acompanhou a ação e falou sobre o uso da nova tecnologia para apoiar e melhorar as fiscalizações.

—Chegamos em muitas casas onde não conseguimos o acesso, e o drone nos permite visualizar se há um abandono de animal, se

há realmente maus-tratos, efetivamente confirmar se a denúncia procede ou não. Nosso intuito é melhorar a qualidade de vida dos animais em Volta Redonda - frisou Paulinho AP.

O secretário destacou, ainda, o papel fundamental da população ao denunciar situações de maus-tratos. “Nosso objetivo não é punir; em primeiro lugar, buscamos o bem-estar dos animais, além de orientar. As fiscalizações seguirão, agora com o apoio do drone, para garantir o bem-estar animal e o cumprimento da legislação. Caso identifique alguma irregularidade, a população pode registre denúncias pela Central de Atendimento Único (CAU), por meio do telefone 156”.

Crime ambiental

A Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) afirma que manter aves nativas em cativeiro sem a devida autorização é crime. O artigo 29 estabelece que “Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida. A pena pode resultar em detenção de seis meses a um ano, além de multa.

Idoso de 70 anos é localizado após dias desaparecido

Imagens de câmeras da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop) de Volta Redonda ajudaram a localizar, nesta sexta-feira (24), um idoso de 70 anos, que estava desaparecido desde a última terça-feira (21). Gerson Ribeiro de Souza, que tem Alzheimer, foi resgatado pelo Corpo de Bombeiros em uma área de mata fechada, localizada atrás da Avenida Água Santa, no bairro Açude.

Após as primeiras horas de desaparecimento, familiares procuraram a Semop para ter acesso às imagens do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp). Eles informaram que o idoso utilizava um dispositivo de GPS no tênis, mas que o último sinal havia sido emitido na região do bairro Açude.

Com base nessas informações, foi possível identificar o idoso caminhando pela Avenida Francisco Antônio Francisco. O Corpo de Bombeiros foi acionado e realizou uma operação na região na manhã desta sexta-feira.

A partir das coordenadas fornecidas pelo GPS e das imagens do Ciosp, os militares fizeram uma varredura em uma área de mata, onde encontraram o idoso dentro de uma vala. Apesar de debilitado, Gerson estava consciente. Durante o resgate, os bombeiros utilizaram uma manta térmica para prevenir hipotermia e preservar o calor corporal.

Após ser resgatado, Gerson foi encaminhado ao Hospital Municipal Dr. Munir Rafful, no Retiro.

Homem é preso após furtar aparelho celular de motociclista de aplicativo

A atuação rápida da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop) resultou na prisão de um homem e na recuperação de um celular furtado de um motociclista de aplicativo, em Volta Redonda. O caso aconteceu na quinta-feira (23), após a vítima solicitar apoio de agentes da Semop.

A vítima afirmou que estacionou a motocicleta na Avenida Almirante Adalberto de Barros Nunes, na altura do bairro Retiro, deixando o telefone no suporte do veículo. Ao retornar, percebeu que o aparelho havia sido furtado.

O motociclista conseguiu rastrear o celular por meio de um sistema de localização. Ao identificar que o aparelho estava na região do Aterrado, ele procurou

apoio de uma equipe da Semop que patrulhava a área.

Com base no rastreamento por GPS, os agentes iniciaram diligências imediatamente e chegaram até dois suspeitos no bairro Colina. No local indicado, eles foram abordados após apresentarem comportamento suspeito ao perceberem a presença da viatura.

Durante a revista, os agentes localizaram o celular furtado dentro de uma mochila. Com o outro, foi encontrado um facão.

Diante dos fatos, a equipe deu voz de prisão em flagrante ao autor do furto, conduzindo-o e o outro homem à delegacia para apresentação à autoridade policial. Um deles permaneceu preso por furto, enquanto o outro foi ouvido e liberado. O celular foi recuperado e devolvido.



Durante a revista, encontraram o aparelho e um facão

Valença: Hotel de Conservatória pega fogo no domingo

Turistas hospedados no Hotel Vilarejo, no distrito de Conservatória, se assustaram após um incêndio de grandes proporções atingir parte dos quartos na madrugada deste domingo (26).

De acordo com informações da própria administração do hotel, o fogo teve início por volta de 03h30 da manhã na ala 300 superior e foi rapidamente controlado pelo Corpo de Bombeiros, sem feridos. Ainda não há informações sobre como o incêndio foi iniciado.

Em vídeo publicado, João Mello, que é neto dos proprietários da unidade, afirmou que todo protocolo brigadista estava em dia e que equipes do hotel já trabalham para regularizar a situação da unidade.

CORREIO NORTE/NOROESTE

Secretaria de Segurança e Ordem Pública



Prefeitura reforça apoio em fiscalização no trânsito

Aumento de acidentes com motos liga alerta em Campos

A Prefeitura de Campos dos Goytacazes continua atuando em apoio à Polícia Militar nas operações de trânsito realizadas no município. A medida vem diante do crescimento preocupante no número de acidentes, especialmente envolvendo motocicletas, e tem como principal objetivo preservar vidas. De acordo com dados recentes do Hospital Ferreira Machado, somente nos três primeiros meses do ano, a cidade registrou um aumento significativo de ocorrências com motos. Em janeiro, foram 335 acidentes. Em fevereiro, 373. Já em março, 444. As ações são realizadas de forma integrada, envolvendo o 6º CPA, o 8º BPM, a Guarda Civil Municipal e a Secretaria de Segurança e Ordem Pública.

Motiva ações integradas

Todas as abordagens seguem critérios técnicos e legais, com atuação dos agentes em estrito cumprimento da lei. A intensificação das operações ocorre em um momento em que os serviços de saúde também sentem os impactos do aumento de acidentes, especialmente os envolvendo motociclistas. A Prefeitura destaca que as operações têm caráter de proteção. A análise aponta um fator comum em grande parte das ocorrências: as irregularidades.

César Ferreira



Secretaria avança com a construção de Vilas Olímpicas

Novas Vilas Olímpicas

Três novas vilas olímpicas estão sendo construídas em Campos: Goitacazes (Parque Real), na Baixada Campista; em Ururá e no Parque Eldorado, em Guarus. As obras estão em fase de acabamento. As Vilas Olímpicas são dotadas de duas piscinas (uma olímpica e outra infantil), ginásio poliesportivo, pista de caminhada, vestiário, salão de festas com cozinha, banheiros e outras instalações para a prática de esportes e lazer. Os equipamentos disponibilizam aulas gratuitas e atividades físicas, voltadas para a promoção da inclusão social por meio do esporte.

Município com sete já

O município conta com sete Vilas Olímpicas em funcionamento em diferentes bairros e distritos do município: Valdir Pereira, no Parque Guarus; Lulu Beda, no Jardim Carioca; Amaro Silveira, no Parque Santa Clara; Bruno Rangel, no Parque Alphaville; Ederval Venâncio, em Travessão; João de Souza, no Parque Esplanada; e Antônio João de Faria, no Jôquei.

IPTU online

A Prefeitura de Macaé destaca o atendimento online como principal canal para solicitação de revisão de dados do IPTU. A ferramenta digital permite ao contribuinte abrir e acompanhar o processo de forma remota, garantindo mais agilidade, comodidade e evitando deslocamentos presenciais.

Serviço gratuito

O serviço é gratuito e os processos enviados têm prazo de análise de até 30 dias. Após a conclusão, o parecer oficial é encaminhado para o e-mail cadastrado, assegurando transparência em todas as etapas. O atendimento presencial segue no Centro Administrativo Luiz Ozório, na Avenida Presidente Feliciano Sodré, 466, no Centro.

Correção cadastral

A administração municipal reforça que não houve aumento de impostos. O que está em curso é um processo de correção cadastral, com foco na justiça fiscal, para garantir que cada contribuinte pague de acordo com a metragem efetivamente construída em seu imóvel. A iniciativa busca assegurar equilíbrio tributário

Castração

A Prefeitura de Cabo Frio realizou mais um mutirão de castração animal com sucesso. Ao todo, 1.861 animais foram castrados, sendo 872 em Tamoios e 989 no Jardim Esperança. O sucesso da operação reflete o investimento da atual gestão em políticas públicas para ao bem-estar animal. A iniciativa foi em parceria com o projeto Castra Mais RJ

Ações com pets

Além da cirurgia, os tutores receberam medicações para o pós-operatório dos pets, e puderam, ainda, realizar a identificação dos animais por microchip, facilitando o monitoramento e consequentemente combatendo o abandono. A Superintendência de Proteção Animal reforça que o trabalho de cuidado continua.

Asfaltamento

Araruama segue avançando em investimentos de asfaltamento e recapeamento de vias em diferentes bairros. As intervenções, que atendem antigas reivindicações da população, têm como objetivo melhorar a mobilidade, garantir mais segurança no tráfego e proporcionar mais qualidade de vida aos moradores.

Búzios realiza ordenamento público em três praias

João Fernandes, Geribá e Ferradurinha tiveram fiscalização

Da Redação

As Secretarias de Ordem Pública e de Segurança Pública de Armação dos Búzios realizaram uma operação integrada de fiscalização e ordenamento nas praias de João Fernandes, Geribá e Ferradurinha. A ação atende a determinações do Ministério Público e teve como foco o cumprimento do Decreto nº 1.601/2021 e demais normas municipais. A operação contou com a participação dos secretários de Ordem Pública, coronel Henrique José dos Santos Ferreira, e de Segurança Pública, Glaucio Moreira.

A operação teve maior concentração na Praia de João Fernandes, onde equipes atuaram na fiscalização de ambulantes e quiosqueiros que estariam descumprindo as determinações judiciais. Entre as regras, está o limite de até 10 guarda-sóis com mesas e cadeiras por ambulante autorizado. Durante a ação, foram realizadas notificações aos trabalhadores que não estavam em conformidade com

as normas, além da retirada de ambulantes sem autorização para atuação na praia.

Também foram notificados comerciantes que mantinham materiais em vias públicas, como carrocinhas, guarda-sóis e cadeiras, em desacordo com as regras estabelecidas. A orientação é que os equipamentos sejam retirados após o uso e armazenados em locais apropriados, como residências ou depósitos, conforme determinação do Ministério Público.

Na Praia da Ferradurinha, as equipes realizaram ações de ordenamento com orientações aos trabalhadores e organização do espaço público, visando garantir melhores condições de uso para moradores e turistas. Já na Praia de Geribá, a fiscalização também integrou o conjunto de ações preventivas e educativas.

A Prefeitura informa que as operações de fiscalização serão contínuas, com o objetivo de garantir o ordenamento urbano, a segurança e o cumprimento das normas nas praias de Búzios.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

RETIFICAÇÃO D.O. DE 06/04/2026
PÁGINA 36 - 2ª COLUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão 004/2026
Processo nº SEI-180001/001800/2025

Onde se lê: Data: 22/04/2026

Leia-se: 27/04/2026



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
AVISO

A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO torna pública aos interessados a realização da licitação abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO PGE-RJ/FUNPERJ nº 04/2026.

Objeto: Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva, assistência técnica e atendimento emergencial, em 3 (três) elevadores para portadores de necessidades especiais e 1 (um) elevador monta-carga.

Limite do Acolhimento das Propostas: 13/05/2026, às 09h00.

Data/Hora de Início da Disputa de Preços: 13/05/2026, às 10h00.

Processo nº SEI-140001/072044/2025.

Todas as operações serão realizadas no endereço eletrônico:
www.compras.rj.gov.br.

O Edital encontra-se disponível no portal de compras do governo do Estado do Rio de Janeiro (www.compras.rj.gov.br) e na página eletrônica da PGE-RJ (www.pge.rj.gov.br). Informações: Tel.: (21) 2332-7279 ou licitacao@pge.rj.gov.br.

Projeto Bem Viver Baixada chega a Japeri com 20 unidades na cidade

Iniciativa é da Secretaria de Direitos Humanos em parceria com a UFRRJ para o município

Thamyres Cardoso

A Prefeitura de Japeri realizou, na manhã do último sábado a inauguração oficial do Projeto Bem Viver Baixada, consolidando uma importante política pública voltada ao cuidado e à promoção da qualidade de vida da população.

O evento aconteceu no auditório da Escola Municipal Ary Schiavo e reuniu autoridades como a prefeita Fernanda Ontiveros, o reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Roberto de Souza Rodrigues, e o Deputado Federal Reimont.

A iniciativa conduzida pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos (Semdih), foi construída em parceria com a UFRRJ, por meio de emenda parlamentar do Deputado Federal Reimont. O projeto nasce com a proposta de integrar políticas públicas e conhecimento acadêmico, levando ações concretas de cuidado, saúde, educação e cidadania para a população, com atenção especial à pessoa idosa.

Ao todo, serão implantados 20 núcleos distribuídos pelos territórios de Japeri, ampliando o acesso a atividades físicas, orientação em direitos humanos e ações de bem-estar. A iniciativa também envolve diretamente 45 profissionais e contou com a seleção de 29 agentes de direitos humanos por meio de processo seletivo conduzido pela universidade.

Durante a cerimônia, a prefeita Fernanda Ontiveros destacou o simbolismo coletivo da construção do projeto.



Iniciativa contou com emenda do deputado Reimont, e promove inclusão, saúde e cidadania

“Sendo a última da mesa a falar, a palavra que me resta dizer é gratidão. Gratidão por saber que foi o diálogo e a união que construíram essa ponte que vai levar a nossa população acima de tudo informação sobre direitos humanos”, afirmou, reforçando a importância das parcerias institucionais para o desenvolvimento do município.

O reitor Roberto Rodrigues ressaltou o papel social da universidade pública e seu compromisso com a Baixada Fluminense.

“A universidade pública precisa estar conectada com a população, é o que estamos fazendo aqui hoje. Já construímos essa relação com o secretário Luiz Henrique, a partir de uma parceria que possibilitou o implantação do ônibus que liga os municípios à UFRRJ. O Bem Viver Baixada reforça nosso

compromisso com iniciativas que impactam diretamente a vida das pessoas e demonstra que a construção de políticas públicas faz parte do dia a dia acadêmico”, declarou.

Já o deputado Reimont trouxe um tom leve e engajado à sua fala.

“Eu sou professor, padre e político, imaginem como eu gosto de falar. Mas falar sobre esse projeto é dizer que ele não vem só para trazer atividade física, ele veio para tirar os idosos do sofá e promover convivência. É direitos humanos para pessoas humanas”, afirmou.

O secretário Luiz Henrique destacou a essência do Bem Viver Baixada, centrada na escuta ativa dos territórios.

“Não é um apoio pontual. Teremos um agente de direitos humanos em cada núcleo, alguém do próprio território,

com papel fundamental de trazer as demandas. Estamos invertendo a lógica: o projeto nasce da escuta da comunidade, não daquilo que achamos que é melhor. Acredito que estamos iniciando uma possível revolução a partir do olhar de cada pessoa”, explicou. Ele também agradeceu aos servidores da UFRRJ pela construção conjunta da iniciativa.

A secretária municipal de Governo, Andreia Brito, reforçou a importância das parcerias para viabilizar políticas públicas efetivas.

“Cumprimento esse parceiro constante das nossas ideias e necessidades, obrigada Deputado Reimont. E agradeço também a UFRRJ por nos ajudar a atender a prioridade da nossa prefeita, que é cuidar de gente”, afirmou.

O vice-prefeito Carlos Ja-

nuário, ex-aluno da UFRRJ desde 1986, destacou a transformação no acesso à educação superior ao longo dos anos.

“Hoje vemos um cenário de mais oportunidades para os nossos jovens. Essa construção de pontes permite que muitos japerienses acessem a universidade e tenham orgulho das mudanças concretas que estamos promovendo”, disse.

Também estiveram presentes no evento a ex-secretária de Educação, Caroline Ontiveros, que foi estudante da UFRRJ, e os servidores integrantes da equipe da universidade: Gabriela Rizo, Thiago de Sousa Rosa, Gislaíne Palmeira da Silva, Juliana Palmeira da Silva e José Alexandre de Carvalho, além do estudante de Jornalismo João Vitor Carvalho de Freitas.

Obras de canalização do Canal da Vila Pauline

As obras de canalização e urbanização do Canal da Vila Pauline seguem em ritmo avançado. A intervenção iniciada no mês de janeiro deste ano contempla o trecho entre a Avenida Joaquim da Costa Lima e a região conhecida como “Casinhas”, nos bairros Vila Pauline e Santa Marta. A iniciativa trará grandes benefícios e melhorias para os moradores da região com ações que evitarão alagamentos e ganhará ainda novas áreas de esporte e lazer.

Processo de limpeza

As obras do Canal da Vila Pauline, realizadas pela Prefeitura de Belford Roxo, acontecem diariamente com o trabalho das equipes com máquinas e caminhões atuando no processo de limpeza e na instalação das novas galerias.

“Estamos aqui acompanhando essa obra, que graças à economia dos recursos nós conseguimos fazer essa grande obra. Nós vamos canalizar todo esse canal de Vila Pauline e por cima dessa parte iremos fazer uma área coberta com pista de caminhada, área de lazer,



Jeovani Campos/PMBR

As obras do Canal da Vila Pauline, realizadas pela Prefeitura de Belford Roxo, acontecem diariamente

parquinho para as crianças, academia ao ar livre. É isso! Estamos aqui cuidando do nosso povo”, destacou a prefeita Mariana Ca-

nella que acompanhou de perto às obras na quarta-feira (22), ao lado do secretário Chefe de Gabinete, Christiano Pontes.

Pacote completo

As obras realizadas pela Prefeitura de Belford Roxo não se limitam apenas à canalização que evitará alagamentos na região no período de fortes chuvas, mas inclui também um pacote completo de urbanização e revitalização que transformará a região que ganhará: nova praça, parquinho para as crianças, pista de caminhada, iluminação de led, além de pavimentação de asfalto e concreto e tratamento das margens.

“A população de Belford Roxo pode ter certeza de que esse ano será um ano de muita prosperidade para nossa cidade. Vamos com tudo seguindo melhorando a vida da população do nosso município”, destacou a prefeita Mariana Canella.



Barra Mansa recebe nova fase de obras no pátio ferroviário, com investimento federal e previsão de melhorias na mobilidade

Por Agatha Amorim

A BR-393 deve ter o processo de concessão leiloado até dezembro deste ano, segundo o ministro dos Transportes, George Santoro. A informação foi confirmada na última sexta-feira (24), durante agenda no Sul Fluminense.

Enquanto o novo modelo não é implantado, o governo federal afirma que já iniciou intervenções emergenciais na rodovia, que enfrenta problemas como buracos, falta de sinalização e riscos constantes de acidentes. De acordo com o ministro, três equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) atuam atualmente na recuperação do trecho.

Ao Correio Sul Fluminense, Santoro detalhou que a previsão é investir cerca de R\$ 30 milhões em ações emergenciais até agosto ou setembro, além da contratação de um novo pacote de aproximadamente R\$ 50 milhões para dar continuidade às melhorias.

Segundo o ministro, a situação atual da rodovia é reflexo de falhas da antiga concessionária, que não teria cumprido os investimentos previstos em contrato. “A rodovia foi muito prejudicada. Agora estamos trabalhando para melhorar as condições e dar mais segurança aos usuários”, afirmou.

Ainda de acordo com Santoro, o projeto de concessão está em fase final de estruturação e deve ser encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já em maio, para abertura de audiência pública. A proposta prevê mudanças na operação da via, com o objetivo de reduzir gargalos e melhorar o fluxo de veículos.

BR-393 tem obras e leilão previstos ainda para 2026

Governo prevê R\$ 80 mi em melhorias enquanto prepara nova concessão



Divulgação/PMBP

Em Barra do Pirai, inauguração de novo complexo viário promete reduzir fluxo no Centro

Entre as medidas em estudo está a reorganização do tráfego, com foco em reduzir congestionamentos ao longo do trecho. Técnicos do ministério também percorreram a rodovia recentemente para mapear os principais

problemas junto aos municípios.

Também ao Correio Sul Fluminense, o ministro afirmou que o governo pretende intensificar a melhoria da sinalização no segundo semestre. “Não vamos resolver tudo de imediato, mas

vamos melhorar muito a rodovia até o fim do ano”, disse.

Além disso, estão previstas intervenções em pontos específicos, como a recuperação e duplicação de uma ponte na altura de Paraíba do Sul.

Complexo viário reduz trânsito

Ainda durante a agenda na região, a prefeita Kátia Miki inaugurou o novo complexo viário de Barra do Pirai, considerado a maior intervenção em mobilidade urbana da história do município.

Com investimento de R\$ 146,4 milhões, a obra inclui uma ponte de 135 metros sobre o Rio Paraíba do Sul, um viaduto de 94 metros sobre a ferrovia e intervenções urbanas como novas vias, calçadas e sinalização. A expectativa é reduzir em até 40% o fluxo de veículos no Centro da cidade, além de aumentar a segurança e a fluidez no trânsito.

O pacote total de investimentos chega a mais de R\$ 207 milhões, em parceria entre a prefeitura, o governo federal e a MRS Logística. Durante a cerimônia, o ministro George Santoro destacou a importância estratégica do município.

Nova etapa do pátio de Manobras

A agenda também incluiu a assinatura da ordem de serviço para mais uma etapa das obras do Pátio de Manobras Anísio Brás, em Barra Mansa.

A intervenção contará com investimento de R\$ 24,9 milhões e prazo estimado de 22 meses, abrangendo a elaboração do projeto executivo, execução das obras e programas ambientais em um trecho de 6,24 quilômetros da ferrovia EF-105/RJ.

Durante o evento, o prefeito Luiz Furlani destacou o impacto das intervenções para a cidade, classificando a obra como um avanço histórico para a mobilidade urbana e o desenvolvimento local.